

### Inês Dias de Oliveira

# TIPOS DE QUESTÕES SUGESTIVAS MAIS EFICAZES NA INDUÇÃO DE SUGESTIONABILIDADE INTERROGATIVA EM ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, orientada pela Professora Doutora Maria Salomé Estima de Pinho e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2020

## Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário

#### Resumo

Sabe-se que as questões sugestivas podem ter impacto no relato e nas respostas dos sujeitos, pelo que, é possível que, em contexto de interrogatório, estas possam levar a falsas confissões ou acusações. O presente estudo, do que se conhece, é o primeiro a explorar o impacto de diferentes tipos de questões sugestivas na indução de sugestionabilidade interrogativa avaliada pela Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS). Aplicou-se a versão 1 da GSS a 50 jovens, com idades entre os 15 e os 19 anos, estudantes do ensino secundário, para averiguar qual dos três tipos de questões desta escala ("afirmativas, "direcionadas" e "com alternativas falsas") induz maior cedência e anuência à sugestão. Além disso, aplicaram-se outros instrumentos de avaliação (Teste de Barragem de Toulouse-Piéron, Trail Making Test A e B, Inventário de Estado-Traço de Ansiedade, Inventário Clínico de Autoconceito e Questionário de Personalidade de Eysenck), para conhecer a relação entre a sugestionabilidade interrogativa e as seguintes variáveis: memória, atenção, ansiedade, autoconceito, neuroticismo e desejabilidade social. Verificou-se um efeito significativo de todos os tipos de questões da GSS-1 sobre a aceitação das sugestões nestas incluídas, quer na primeira inquirição, quer na segunda (Cedência 1 e Cedência 2, respetivamente), principalmente e como esperado, das questões "com alternativas falsas". Este tipo de questões também apresentou diferenças significativas ao nível da Sugestionabilidade Total, mas não ao nível da mudança de resposta, da primeira para a segunda inquirição (Alteração). Com o feedback negativo registou-se um aumento da aceitação de sugestões em todos os três tipos de questões sugestivas da GSS-1. Somente as correlações obtidas entre a evocação imediata da GSS-1 e as medidas de Cedência 1 e Cedência 2, entre a evocação diferida da GSS-1 e as medidas de Cedência 1, Cedência 2 e Sugestionabilidade Total e entre o neuroticismo e a medida de Cedência 1 apresentaram relevância estatística. É da maior importância que se continue a explorar o impacto de diferentes tipos de questões sugestivas na indução de sugestionabilidade interrogativa, em diversas amostras e que se procure equiparar as condições experimentais ao contexto da vida real, de modo a que se possa conhecer mais aprofundadamente a sua influência em casos judiciais reais.

**Palavras-chave:** sugestionabilidade interrogativa, tipo de questões sugestivas, falsas confissões, memória, atenção, ansiedade, autoconceito, neuroticismo, desejabilidade social

## Types of leading questions more effective in the induction of interrogative suggestibility in high school students

#### Abstract

It is known that leading questions can have an impact on subjects' reports and responses, being possible that, in the context of interrogation, these questions may lead to false confessions or accusations. This study, to the best of our knowledge, is the first to explore the impact of different types of leading questions in the induction of interrogative suggestibility assessed by the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS). The version 1 of this scale was applied to 50 high school students, aged between 15 and 19 years, in order to ascertain which of the three types of suggestive questions of this scale ("affirmative", "leading" and "false alternative") induce greater yield and agreement to suggestion. Furthermore, other assessment instruments (Toulouse-Piéron Cancellation Test, Trail Making Test A and B, The State-Trait Anxiety Inventory, Inventário Clínico de Autoconceito and Eysenck Personality Questionnaire) were administered to know the relation between interrogative suggestibility and the following variables: memory, attention, anxiety, self-concept, neuroticism and social desirability. There was a significant effect of all types of GSS-1 questions on the acceptance of suggestions included therein, both in the first (Yield 1) and second (Yield 2) inquiry, mainly and as expected, of the "false alternative" questions. This type of questions also showed significant differences in terms of Total Suggestibility, but not in terms of change in response, from the first inquiry to the second (Shift). With negative feedback, there was an increase in the acceptance of suggestions in all three types of leading questions of GSS-1. Only the correlations obtained between the GSS-1 immediate recall and Yield 1 and Yield 2 measures, between the GSS-1 delayed recall and Yield 1, Yield 2 and Total Suggestibility measures and between neuroticism and Yield 1 showed statistical relevance. It is of highest importance to continue to explore the impact of different types of leading questions in inducing interrogative suggestibility, with diverse samples, and to seek the matching of the experimental conditions to real life context, in order to know more deeply its influence in real judicial cases.

**Key Words**: interrogative suggestibility, type of leading questions, false confessions, memory, attention, anxiety, self-concept, neuroticism, social desirability

#### Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Salomé Pinho, pela orientação, pelo conhecimento, pela exigência e rigor, pela atenção, pela disponibilidade e pela ajuda constante.

A todos os que permitiram, colaboraram e participaram nesta investigação.

À minha família, por sempre estar presente nas vitórias e celebrá-las comigo, por ser o suporte incondicional nos momentos de angústia, por não me deixar desistir e por me desejar e dar o melhor da Vida. Em especial, aos meus pais e ao meu irmão, pela oportunidade de viver este sonho, por aceitarem a ausência, pela paciência, por respeitarem o meu próprio tempo e por nunca duvidarem de mim.

Aos meus amigos, de Fermentelos, Águeda ou Coimbra, pelos momentos extraordinários, pelas memórias inesquecíveis, pelas gargalhadas infindáveis, pela presença assídua, pelo apoio inesgotável e pelos melhores conselhos, pela compreensão e tolerância, por perdoarem as minhas falhas, pela força extra que sempre foram, pelos abraços de amparo, pela Amizade genuína e por me darem a certeza de que *a felicidade só é real quando partilhada*.

À turma do Mestrado em Psicologia Forense 2017 – 2019, por me mostrar que *a união faz a força*, por ser um misto extraordinário de diversão e profissionalismo e por ter tornado estes cinco anos uma memória ainda mais especial. Também aos docentes, por serem exemplo de profissionalismo, excelência, sabedoria e paixão, pela disponibilidade absoluta e por serem fonte de inspiração para todos nós.

À Praxe e à minha família de Praxe, pelos desafios e aprendizagens, pelas vivências e lembranças inigualáveis, pela confiança, pelo espírito de sacrifício, pela capacidade de reinvenção e superação, pelo companheirismo inabalável, pelo carinho e por tornarem a partida mais dolorosa.

Ao Doutor Fernando, por ter sido o farol no meio da tempestade e por ter dado um novo sentido à minha vida. Não me esquecerei de *substituir o medo por conhecimento*.

A ti, Coimbra, por seres *lição de Sonho e Tradição* e o *lugar onde uma vez, com lágrimas se fez, a história* desta Inês. Por me acolheres, por me transformares, por teres sido o palco dos melhores anos da minha vida, por me surpreenderes constantemente, por teres superado todas as expectativas que te coloquei, por seres o reflexo fiel de Saudade e por me fazeres voltar a amar.

Não existe forma de traduzir em palavras a gratidão que sinto para convosco, por me ajudarem a tornar tudo "isto" possível. Mas, do fundo do coração: muito obrigada!

## Índice

Intr	odução	1
I - I	Enquadramento conceptual	3
1.	Os interrogatórios policiais	3
	1.1. Falsas confissões	7
	1.2. Contextualização legal nacional	0
2.	Sugestionabilidade interrogativa	. 1
	2.1. Sugestionabilidade interrogativa e fatores sociodemográficos	7
	2.2. Sugestionabilidade interrogativa e fatores cognitivos	8
	2.3. Sugestionabilidade interrogativa e fatores psicossociais	21
3.	Impacto das questões sugestivas	23
II -	Objectivos	26
III -	Metodologia2	27
1.	Amostra	27
2.	Instrumentos utilizados	27
	2.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS-1)	28
	2.2. Inventário de Estado-Traço de Ansiedade	0
	2.3. Questionário de Personalidade de Eysenck	31
	2.4. Teste de Barragem de Toulouse-Piéron	31
	2.5. Trail Making Test (A e B)	32
	2.6. Inventário Clínico de Autoconceito	13
3.	Procedimentos	13
IV -	Resultados	35
1.	Impacto do tipo de questões sugestivas na sugestionabilidade interrogativa	35
2.	Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e fatores cognitivos	8
	2.1. Correlação entre sugestionabildiade interrogativa e memória	19
	2.2. Correlação entre sugestionabildiade interrogativa e atenção	0
3.	Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e fatores psicossociais	0

3.1. Correlações da sugestionabilidade interrogativa com a ansiedade, o autoconceito,
neuroticismo e desejabilidade social
V - Discussão
Conclusões
Bibliografia
Anexos
Anexo A – Sinais presentes no Teste de Barragem de Toulouse-Piéron
Anexo B – Declaração de Autorização de Participação para os encarregados de educação dos participantes
Anexo C – Declaração de Consentimento Informado para os participantes 69
Anexo D – Desempenho dos sujeitos na GSS-1
Anexo E – Cedência às sugestões, por tipo e número de questão, na primeira inquirição 71
Anexo F – Informação relativa ao cálculo da ANOVA unifatorial de medidas repetidas do efeito das perguntas da 1ª inquirição
Anexo G – Cedência às sugestões, por tipo e número de questão, na segunda inquirição (após o <i>feedback</i> negativo)
Anexo H – Informação relativa ao cálculo da ANOVA unifatorial de medidas repetidas do efeito das perguntas da 2ª inquirição
Anexo I – Informação relativa ao cálculo do teste de Kruskal-Wallis ( <i>Alteração</i> ) e da ANOVA inter-sujeitos ( <i>Sugestionabilidade Total</i> )
Anexo J – Teste post-hoc de Tukey para as diferenças entre grupos nas questões "com alternativas falsas" (Sugestionabilidade Total)
Anexo K – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e memória
Anexo L – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e atenção
Anexo M – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e ansiedade
Anexo N – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e autoconceito
Anexo O – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e desejabilidade social
Anexo P – Frequência dos resultados obtidos na variável desejabilidade social

#### Introdução

Desde cedo que a investigação se debruçou sobre a definição e compreensão da noção de sugestão e do ato de sugerir, tendo sido demonstrado, logo no início do séc. XX, que a sugestionabilidade depende de fatores internos e externos e pode ter impacto na memória dos indivíduos (Binet, 1900 como citado em Gudjonsson, 2003; Lipmann, 1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993; Loftus, 1974; Ridley, 2013). Assim, desde esse período que existe uma preocupação acrescida com a questão dos falsos testemunhos (Musterberg, 1908) e que se tem procurado estabelecer a influência que o contexto de interrogatório tem nestes (Stern, 1910), em particular, no que diz respeito à colocação de questões sugestivas (Ceci & Bruck, 1993; Stern, 1910; Varendonck, 1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993).

Este interesse crescente acerca da veracidade dos testemunhos e dos processos subjacentes à sugestionabilidade em contexto legal fez surgir duas abordagens complementares da sugestionabilidade interrogativa: a abordagem experimental (Loftus, 1979 como citado em Gudjonsson, 2003) e a abordagem centrada nas diferenças individuais (Gudjonsson & Clark, 1986 como citado em Gudjonsson, 2003). Enquanto a primeira diz respeito à *sugestionabilidade imediata*, na medida em que se refere ao impacto imediato das questões sugestivas e da pressão interrogativa, a segunda diz respeito à *sugestionabilidade diferida*, visto que se relaciona com o grau em que a pessoa incorpora, *a posteriori*, a desinformação pós-evento na sua memória (Gudjonsson, 2018a; Schooler & Loftus, 1993 como citado por Ridley & Gudjonsson, 2013).

Os vários trabalhos realizados até ao momento têm vindo a indicar que a sugestionabilidade interrogativa do sujeito (em particular, a *imediata*) e as respostas deste podem, de facto, ser influenciadas pelo modo de colocação de questões sugestivas e pela sua própria composição textual, especialmente, se se tratarem de questões com alternativas fechadas (Endres,1997; Loftus, 1974, 1975; Sharman & Powell, 2012; Stern, 1910; Varendonck, 1911 como citado em Ridley, 2013). Se as questões colocadas em contexto de processo judicial forem sugestivas, então, é possível que as respostas dos suspeitos e/ou das testemunhas sejam induzidas e orientadas de acordo com o objetivo

pretendido por quem conduz o interrogatório e que daí, possam resultar falsas confissões e/ou acusações. Assim, após o conhecimento de que as questões sugestivas têm impacto no relato dos sujeitos, torna-se imprescindível compreender qual(quais) o(s) tipo(s) de questões que induz(em) maior anuência e cedência às sugestões.

Neste âmbito, o foco deste trabalho tem na sua base o modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) e, portanto, a *sugestionabilidade imediata*, uma vez que com ele se pretende avaliar, sobretudo, o impacto dos diferentes tipos de questões sugestivas, presentes na Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson-1 (GSS-1), na indução de sugestionabilidade. Como este modelo refere que a sugestionabilidade interrogativa é mediada por fatores cognitivos e psicossociais, procurámos analisar, adicionalmente, a relação entre a sugestionabilidade interrogativa medida pela GSS-1 e as seguintes variáveis: memória e atenção (fatores cognitivos), ansiedade, autoconceito, neuroticismo e desejabilidade social (fatores psicossociais).

Considerando que a análise acerca da eficácia do tipo de questões sugestivas tem sido muito pouco estudada, conhecendo-se apenas dois estudos publicados (Gee, Gregory & Pipe, 1999 como citado em Sharman & Powell, 2012; Sharman & Powell, 2012) e em nenhum destes foi usada a GSS, o presente estudo apresenta um carácter pioneiro e exploratório. Neste sentido, esperamos que o presente estudo possa vir a contribuir para a compreensão deste assunto e, assim, constituir um contributo para a investigação relativa à veracidade dos testemunhos e falsas confissões. Por conseguinte, com base nos dados empíricos apresentados, espera-se fornecer suporte ao desenvolvimento de técnicas de interrogatório mais adequadas, bem como à criação de formações específicas para os profissionais com responsabilidades ao nível de interrogatório e/ou processos judiciais (e.g., agentes policiais, magistrados e juízes).

#### I - Enquadramento conceptual

#### 1. Os interrogatórios policiais

O grande propósito de um interrogatório policial é obter, de forma ética e legal, informação precisa e factual que seja útil e relevante para o caso judicial e/ou investigação criminal em curso. Contudo, para alguns agentes da Lei, existe um outro propósito: obter uma confissão, completa ou parcial, por parte do suspeito (Conti, 1999; Gudjonsson, 2003; Kassin, 1997), uma vez que esta é a grande arma da equipa de acusação, o que torna todos os outros aspetos do caso supérfluos (Kassin, 1997; Kassin & McNall, 1991).

As forças policiais tentam obter confissões através de estratégias de interrogatório supostamente não coercivas. No entanto, é difícil que um interrogatório não seja potencialmente coercivo, uma vez que inevitavelmente existe alguma coação inerente à natureza e às circunstâncias do interrogatório e/ou da detenção. As próprias características do suspeito podem influenciar o quanto o seu livre arbítrio é afetado (Gudjonsson, 2003). É comum que o interrogatório policial se paute pelo uso de persuasão, no sentido de convencer o suspeito de que os seus interesses serão satisfeitos caso confesse o crime (Leo, 1994 como citado em Gudjonsson, 2003). De modo a obter a confissão dos suspeitos mais resistentes, foram criados vários manuais para instruir os agentes da lei quanto a técnicas de interrogatório capazes de alcançar este objetivo (Kassin & McNall, 1991). Os autores deste tipo de manuais tendem a crer que a maioria dos suspeitos de crime se apresenta relutante em confessar o crime cometido ou os detalhes do mesmo, devido à vergonha associada à sua ação e ao medo das consequências resultantes dessa confissão. Neste sentido, assumem como essencial utilizar uma determinada pressão, recorrer ao engano, à persuasão e à manipulação de modo a que a "verdade" possa ser obtida (Gudjonsson, 2003).

Inbau, Reid e Buckley, no seu manual "Criminal Interrogation and Confessions" (1986 como citado em Gudjonsson, 2003), defendem que a estratégia de interrogatório a adotar dependerá de aspetos como a personalidade do suspeito, a possível motivação para o crime e as circunstâncias deste e sugerem, ainda, que se potenciem sensações de isolamento social, privação sensorial e falta de controlo, através da manipulação do ambiente físico (e.g., uso de uma sala pequena,

impossibilidade de contacto com estímulos familiares, etc.) (Conti, 1999; Kassin, 1997). Estes autores propuseram no seu manual a técnica de interrogatório mais conhecida e utilizada até aos dias de hoje, a "Técnica de Reid" que consiste num procedimento que estabelece nove passos para um interrogatório eficaz, assentes numa troca entre incentivos positivos e negativos, através dos quais se pretende ultrapassar a resistência dos alegados suspeitos culpados e, por sua vez, diferenciá-los dos suspeitos inocentes (Kassin, 1997, 2015; Kassin & McNall, 1991). Inbau et al. (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) defendem que, antes da aplicação dos nove passos, o interrogador deve ter conhecimento relativamente às circunstâncias do crime e à história de vida do suspeito, por forma a estar preparado para o interrogatório, bem como ter maior capacidade de identificar as potenciais fraquezas do suspeito e de usá-las a seu favor. Relativamente à aplicação desta técnica, o interrogador deve iniciá-la estabelecendo uma confrontação diretiva e positiva, na qual diz ao suspeito que está certo de que este cometeu o alegado crime e o tenta convencer das vantagens de contar a verdade (Passo 1), desenvolvendo, de seguida, uma temática que justifique ou desculpe o crime cometido, e assumindo, simultaneamente, uma postura compreensiva e empática de forma a conquistar a confiança do suspeito (Passo 2). Depois, deverá interromper todas as negações feitas pelo suspeito e esforçar-se por evitá-las (Passo 3), bem como procurar ultrapassar as objeções fornecidas pelo suspeito para a justificação da sua inocência, sejam elas factuais, morais ou emocionais (Passo 4). Seguidamente, procurará reduzir a distância física entre si e o suspeito, por forma a enfrentar o estado passivo deste e a reter a sua total atenção (Passo 5), focando a mente do suspeito na temática desenvolvida no passo número 2 e, através da expressão de compreensão e simpatia, alertando para a urgência em que este assuma a verdade (Passo 6). Depois, deverá apresentar apenas duas explicações possíveis para o cometimento do crime que possam garantir a reputação e a credibilidade do suspeito, ainda que sejam ambas incriminatórias (Passo 7). Por fim, o interrogador deverá procurar que o suspeito, após aceitar uma das alternativas propostas, conte de novo e detalhadamente as circunstâncias, a motivação e a natureza do crime e, assim, obter uma confissão autoincriminatória (Passo 8), bem como converter o relato numa confissão escrita (Passo 9), uma vez que esta é mais difícil de contestar (Gudjonsson, 2003; Kassin, 1997, 2015).

Segundo Kassin e McNall (1991), as técnicas de interrogatório utilizadas ao longo destes nove passos baseiam-se em duas grandes estratégias: a minimização, que se trata de uma técnica na qual o interrogador, através da utilização da simpatia, tolerância, desculpas e/ou justificações morais, tenta acalmar o sujeito levando-o falsamente a crer que se encontra num ambiente de segurança (e.g., culpabilizar parcialmente a vítima, identificar circunstâncias atenuantes no alegado crime e/ou aligeirar a seriedade das acusações); e a maximização, que se define por ser uma técnica na qual o interrogador tenta intimidar o suspeito e procura levá-lo a confessar, através de falsas contestações, nomeadamente, exagerando ou mentindo acerca das provas contra o mesmo, da seriedade do crime e/ou da magnitude das acusações (e.g., afirmar existirem testemunhas oculares e/ou provas forenses que identificaram o suspeito como culpado) (Gudjonsson, 2003; Kassin, 1997, 2015). Estas técnicas são um exemplo claro da troca implícita supramencionada entre incentivos positivos (minimização: comunica absolvição) e negativos (maximização: comunica castigo) e são, por isso mesmo, as mais eficazes na indução de falsas confissões (Kassin, 1997; Kassin & McNall, 1991). Os agentes policiais também recorrem regularmente ao uso de outras estratégias como, por exemplo, a ocultação da sua verdadeira identidade, apelos aos interesses do suspeito, à importância da colaboração e à consciência deste, identificação de contradições, uso de elogios e, por fim, apelo à religião ou a Deus (Conti, 1999; Gudjonsson, 2003; Kassin, 1997). Tendo em conta as investigações já realizadas, quanto maior o número de técnicas usadas e quanto maior a duração do interrogatório, mais provável é a confissão por parte do sujeito (Conti, 1999; Gudjonsson, 2003).

Mais do que se cingir à interação entre o suspeito e o interrogador, o interrogatório policial engloba também as expectativas deste último, as quais irão influenciar a condução de todo o processo de interrogatório. O facto de o interrogador presumir a culpa do suspeito, leva-o a ativar um processo de confirmação comportamental e, por sua vez, a exercer maior pressão sobre o suspeito e a usar técnicas mais agressivas, no sentido de obter uma confissão que vá ao encontro da sua presunção inicial. Deste modo, o interrogatório torna-se um processo de interação social conduzido por uma figura de autoridade que formou antecipadamente uma crença forte acerca do suspeito e cujo sucesso e/ou competência é medido através da sua capacidade de extrair

uma confissão (Kassin, 2015).

O estudo mais aprofundado desta temática fez levantar uma série de questões éticas, visto que os manuais de interrogatório sugerem e ensinam aos profissionais técnicas coercivas e sofisticadas a nível psicológico. Isto porque, na ótica dos críticos, esta abordagem desrespeita os direitos fundamentais e a dignidade dos suspeitos (Zimbardo, 1967 como citado em Gudjonsson, 2003) e, por outro lado, a maioria dos seus autores tende a ignorar a possibilidade de estas técnicas levarem a que um suspeito confesse um crime que na verdade não cometeu (Gudjonsson, 2003). De facto, nos Estados Unidos da América, ocorreram casos judiciais polémicos devido à obtenção de confissões que mais tarde se provaram falsas, motivadas pela aplicação de estratégias que desrespeitavam os direitos dos sujeitos. Tal, levou a que o Supremo Tribunal dos Estados Unidos desenvolvesse diretrizes para a admissão de confissões que fossem capazes de proteger os cidadãos de possíveis comportamentos desadequados por parte dos agentes da Lei e de minimizar potenciais falsas confissões e condenações erradas (e.g., Miranda v. Arizona, 1966; Culombe v. Connecticut, 1961). No início dos anos 60, foi então estipulado que confissões obtidas através de tortura, força, coação, isolamento prolongado, privação de necessidades básicas e/ou desrespeito pelos direitos do acusado não seriam mais aceites (Conti, 1999; Gudjonsson, 2003; Kassin, 1997, 2015; Kassin & McNall, 1991). Segundo a decisão Bram v. United States (1987 como citado em Kassin & McNall, 1991), a confissão também deixou de poder ser obtida através de qualquer tipo de ameaça ou promessa, seja esta direta ou indireta. Não obstante, a análise de casos judiciais mais recentes sugere que os juízes, embora excluam confissões resultantes de ameaças ou promessas diretas, não descartam aquelas que são obtidas de forma meramente implícita - das quais são exemplo, como referido acima, o uso da maximização e da minimização (Kassin, 1997; Kassin & McNall, 1991).

As técnicas psicológicas de interrogatório supramencionadas foram criadas precisamente com o intuito de contornar as diretrizes implementadas pela Lei (Leo, 1996 como citado em Kassin, 1997) e tendem a falhar o seu objetivo de diferenciar os suspeitos inocentes dos culpados (Kassin, 2015). Ainda que não se saiba exatamente com que frequência este tipo de estratégias é utilizado, acredita-se que se continua a fazer um uso sistemático do engano e da manipulação no processo de obtenção de confissões (Kassin, 1997).

Kassin e McNall (1991) já forneceram provas empíricas relativas aos perigos inerentes ao uso de técnicas de interrogatório coercivas e subtis, nomeadamente, ao nível do impacto que podem ter, quer nos suspeitos através das ameaças e/ou promessas implícitas que lhes são comunicadas e das expectativas que criam a partir destas -, quer nos próprios juízes, júris e/ou jurados – fornecendo informações potencialmente influenciadoras da sua perceção dos factos e, por conseguinte, da condenação e da sentença atribuídas ao suspeito (Gudjonsson, 2013; Kassin, 2015). Efetivamente e contrariamente ao que seria desejável, estudos apontam que, a partir do momento em que uma confissão é feita, mesmo que venha a ser retirada, é mais provável que as restantes provas sejam analisadas de forma diferente, que os jurados não descontem o seu valor probatório e que o suspeito venha a ser condenado (Gudjonsson, 2003; Kassin, 2015), uma vez que a confissão contém uma narrativa detalhada com um conhecimento "especial", o qual é usado em tribunal como prova da culpa do suspeito. Todavia, é de ressalvar que, no caso das falsas confissões feitas por suspeitos inocentes, este conhecimento pode ser fruto de contaminação (cf efeito de desinformação; Loftus, 2003).

#### 1.1. Falsas confissões

É sabido que nem todos os suspeitos interrogados pelos órgãos de polícia criminal confessam os crimes dos quais são acusados. No entanto, existe uma pequena minoria de indivíduos inocentes que acabam por confessar crimes que não cometeram (Gudjonsson, 2003). Mas, afinal, o que é uma falsa confissão e o que leva a que uma pessoa inocente confesse um crime que não cometeu?

Segundo Ofshe e Leo (1997 como citado em Gudjonsson, 2003), uma falsa confissão é uma admissão detalhada de ter praticado um ato considerado como criminoso pelo sujeito que ou não cometeu esse ato, ou não sabe efetivamente que o cometeu. Inicialmente, pensava-se que este tipo de confissão resultava de uma dificuldade a nível intelectual ou de uma perturbação mental. No entanto, com o aprofundamento da investigação, foi possível compreender que este fenómeno também ocorria em pessoas consideradas saudáveis e que os seus elementos-chave passavam pela provocação de emoções intensas e de falhas na memória, bem como pela sugestão (Münsterberg, 1908; Gudjonsson, 2003, 2018a). Mais tarde, após o

desenvolvimento das várias teorias explicativas sobre a ocorrência de falsas confissões, um ponto comum foi identificável: estas devem-se à combinação de uma série de fatores situacionais – associados às circunstâncias e à natureza da detenção e do interrogatório (e.g., ter apoio jurídico, força probatória das evidências, técnicas de interrogatório usadas, duração do interrogatório, conduta do interrogador, etc.) – e fatores individuais – nomeadamente, as características do sujeito (e.g., idade, assertividade, temperamento, reincidência criminal, etc.) e, em especial, as suas vulnerabilidades psicológicas (Gudjonsson, 2003; 2018a).

Para Kassin e Wrightsman (1993 como citado em Gudjonsson, 2003) as falsas confissões dividem-se em três tipos psicologicamente distintos: as "voluntárias", as "coagidas-complacentes" e as "coagidas-internalizadas". As falsas confissões "voluntárias" são afirmações autoincriminatórias realizadas voluntariamente pelos indivíduos (i.e., sem qualquer tipo de pressão externa) e podem ocorrer, por exemplo, devido à manifestação de traços psicopatológicos (e.g., grande desejo de ser famoso, incapacidade de distinguir um ato real de um ato imaginado) ou com o intuito de proteger o real culpado do crime. As falsas confissões "coagidas", contrariamente às anteriores, resultam da cedência à pressão e ao controlo social exercidos pela situação e pelo interrogador. Assim, as falsas confissões "coagidascomplacentes" surgem como um ato de complacência face às consequências esperadas pelo suspeito e no sentido deste obter um ganho imediato e/ou pôr fim a uma situação de stress (e.g., voltar para casa, o interrogatório terminar, evitar ficar em custódia policial ou prisão preventiva), tendo o mesmo consciência de que é inocente. Por sua vez, as falsas confissões "coagidasinternalizadas" ocorrem quando, no decorrer do interrogatório, o suspeito (que é submetido a técnicas susceptíveis de provocarem sugestionabilidade e que experiencia maior ansiedade, confusão mental e desconfiança na sua memória) começa a acreditar que cometeu o crime do qual é acusado, mesmo não tendo qualquer recordação sobre o ter feito (Conti, 1999; Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2018a; Kassin, 1997, 2015). Segundo Kassin (1997), estas últimas falsas confissões devem-se, essencialmente, a dois grandes fatores: (1) a vulnerabilidade do suspeito – que se traduz na maleabilidade da memória do mesmo por consequência de, por exemplo, um baixo Q.I., ser mais jovem, ingenuidade, maior stress, maior consumo de álcool ou estupefacientes e/ou maior sugestionabilidade; e (2) a apresentação de provas falsas ao suspeito – como evidências forenses (e.g., cabelo, sangue, impressões digitais), declarações de supostos cúmplices do crime e/ou identificações de testemunhas oculares, no sentido de convencer o suspeito que é culpado. Existem resultados empíricos que suportam a força destes dois fatores na aceitação, internalização e confabulação da culpa de um evento que o sujeito não cometeu (Kassin & Kiechel, 1996 como citado em Kassin, 1997), bem como permitem a explicitação de como informação enganosa apresentada pós-evento pode alterar a memória do evento original (Weingardt, Loftus & Lindsay, 1995 como citado em Kassin, 1997; Loftus, 2003).

Já Ofshe e Leo (1997 como citado em Gudjonsson, 2003), por considerarem que a classificação de Kassin e Wrightsman (1993 como citado em Gudjonsson, 2003) não contempla todas as possibilidades nomeadamente, o facto de nem todas as falsas confissões complacentes e internalizadas serem resultantes de coação -, categorizam as confissões em cinco tipos distintos. Primeiramente, identificam as confissões voluntárias, as quais são realizadas por decisão consciente e vontade própria do sujeito. Relativamente às confissões involuntárias, identificam as "complacentes provocadas por stress", que surgem devido ao uso excessivo de pressão física e/ou mental, no sentido de pôr fim à situação insustentável de pressão vivida, e podem ser verdadeiras ou falsas; as "coagidas-complacentes" que resultam do uso das técnicas clássicas de interrogatório focadas em ameaças e promessas, com o objetivo de obter um ganho ou evitar uma punição; "as nãocoagidas mas persuadidas", em que o suspeito é persuadido pelo interrogador, por meio de confusão mental, dúvidas acerca da sua memória e indução de culpa, a acreditar que cometeu um crime, quando na verdade é inocente; e, por fim, as "coagidas-persuadidas", as quais surgem através da junção entre a persuasão descrita anteriormente e o uso de coação (Gudjonsson, 2003; 2018a).

Segundo o Modelo Cognitivo-Comportamental defendido por Gudjonsson (1989 como citado em Gudjonsson, 2003), as confissões são fruto de uma relação estreita entre o suspeito, o contexto e terceiros significativos, a qual é influenciada por dois grandes fatores: os antecedentes, ou seja, o que ocorre antes do interrogatório, funcionando como fator facilitador da confissão (e.g., privação de sono, isolamento social, *stress*, sentimentos de

culpa, etc.); e as consequências percebidas do ato de confessar, sejam elas a curto (no espaço de minutos ou horas) ou a longo prazo (no espaço de dias, semanas ou anos). Ambos os fatores podem ocorrer a nível social (e.g., isolamento da família e amigos), emocional (e.g., sentimentos de ansiedade, culpa e vergonha), cognitivo (e.g., crenças e expectativas acerca do interrogatório), situacional (e.g., acesso a advogado e familiaridade com procedimentos judiciais) e fisiológico (e.g., alto nível de ativação, dor, cansaço, etc.). Na sua prática profissional, Gudjonsson (2003, 2018a) acaba por utilizar o sistema de classificação de Kassin e Wrightsman (1993 como citado em Gudjonsson, 2003), preferindo substituir o termo "coagida" por "pressionada", dado que nem todas as confissões falsas envolvem coação e uma vez que este último termo implica a existência de uma pressão ou fonte de stress. Para este autor, esta pressão pode ser de origem externa (e.g., cansaço, isolamento social, intimidação), interna (e.g., obtenção de ganho, proteger outra pessoa) ou de perceção da prova (e.g., o suspeito acredita que é inútil negar o crime).

#### 1.2. Contextualização legal nacional

Na Europa, a Lei que define a obtenção e validação de confissões é diferente da Lei americana e distingue a confissão obtida em contexto de interrogatório policial da confissão proferida no contexto de processo judicial. Habitualmente, o depoimento de um suspeito, que contenha ou não uma confissão, obtido em sede de interrogatório policial, é incluído num relatório, o qual é posteriormente enviado à autoridade judiciária competente do caso (Art.º 253°, Código de Processo Penal). Em 1987, foi estabelecido em Portugal, através do Decreto-Lei n.º 78/87, que o primeiro interrogatório de um suspeito é realizado pelo Juiz de Instrução, num prazo máximo de 48 horas após a detenção (Art.º 141º, Código de Processo Penal); que qualquer inquirição realizada ao longo do processo judicial, tanto a testemunhas, como ao arguido, não deve conter "perguntas sugestivas ou impertinentes, nem quaisquer outras que possam prejudicar a espontaneidade e sinceridade das respostas" (Art.º 138°, n.º 2 e Art.º 140°, n.º2, do Código de Processo Penal); bem como, que a confissão do arguido, para ser considerada válida, deve ser integral e sem reservas e realizada de livre vontade, fora de qualquer coação e na fase de julgamento. Ademais, foi estabelecido que "todas as provas obtidas através de tortura, coação ou ofensas à integridade física ou moral da pessoa são nulas" – condição que inclui, por exemplo, ofensas corporais, utilização de meios enganosos, ameaças e promessas (Art.º 126º, n.º1 e n.º 2, Código de Processo Penal). Contudo, apesar do estipulado na Lei e tal como acontece nos Estados Unidos da América, não é impossível que ocorram falsas confissões e, por sua vez, condenações erradas.

#### 2. Sugestionabilidade interrogativa

A sugestionabilidade interrogativa, enquanto tipo específico de suscetibilidade a questões que ocorrem em contexto legal, apenas emergiu na década de 80, sendo que, até então, este conceito ainda não tinha sido associado a teorias explicativas desenvolvidas (Gudjonsson, 2003; Ridley, 2013).

Não obstante, o estudo relativo à sugestionabilidade e à sugestão já se tinha iniciado, nas primeiras décadas do século XIX, com a teorização da sugestão, enquanto fenómeno explicativo da hipnose, por Noitz (1820 como citado em Gudjonsson, 2003). Partindo da premissa de que toda a ideia se pode tornar numa ação, este autor defendia que, quando uma sugestão surge durante a hipnose, a mesma transformar-se-ia num comportamento assim que chegasse à consciência do sujeito. Esta visão focava-se, sobretudo, na hipnose enquanto fruto de influências físicas. Todavia e devido aos trabalhos de Bertrand (1823) e Braid (1846), este conceito passou a ser percebido de um ponto de vista mais psicológico. Por influência de Wundt (1892 como citado em Motzkau, 2005) e Binet (1900 como citado em Motzkau, 2005), personalidades fundadoras da Psicologia no início do séc. XX, a memória e a sugestionabilidade começaram a tornar-se tópicos centrais. Foi Cattell (1895) a dar início às investigações sobre ambos os tópicos, em especial no domínio do testemunho, através de perguntas sugestivas colocadas a estudantes universitários, por forma a avaliar o grau de confiança que estes tinham nas suas respostas.

No decorrer de mais investigações, é Binet (1900 como citado em Motzkau, 2005) quem se destaca como uma das figuras mais emblemáticas na temática da psicologia do testemunho, dado ter constatado que o grau de incerteza vivido por um indivíduo, numa situação particular e no que diz respeito a um determinado tópico em questão, está diretamente relacionado

com a sua suscetibilidade a sugestões relativas a esse mesmo tópico (Motzkau, 2005). É aqui que Binet (1900 como citado em Gudjonsson, 2003; Ridley, 2013) propõe, ainda que sem intenção, a noção primária "sugestionabilidade interrogativa". Este autor desenvolveu uma série de experiências com crianças, dos 7 aos 14 anos, no sentido de estudar o efeito da sugestionabilidade na memória, as quais permitiram estabelecer que a sugestionabilidade ocorre devido a fatores internos (e.g., autossugestão) e externos (e.g., sugestões por terceiros, colocação de questões sugestivas) (Ceci & Bruck, 1993). Além disso, Binet demonstrou que a sugestionabilidade pode ter influência no ato de recordação, na medida em que, com o intuito de agradar ao experimentador, as crianças procuraram preencher as lacunas da sua memória e deram respostas erradas, e que, em consequência da incorporação destas respostas, a memória relativa ao evento original ficou alterada (Ceci & Bruck, 1993; Nicolas, Collins, Gounden, & Roediger, 2011; Nicolas, Gouden, & Sanitioso, 2014). Por outro lado, Stern (1904 como citado em Motzkau, 2005) considerava que o conceito de sugestão estava incompleto, na medida em que referia apenas o comportamento de dar sugestões (sugerir) e a predisposição de as aceitar (sugestionabilidade), pelo que propôs a distinção entre "sugestionabilidade ativa", enquanto ato de sugerir, e "sugestionabilidade passiva", enquanto estado psicológico de um individuo que se encontra sob a influência de uma sugestão. Em 1908, McDougall (1908 como citado em Gudjonsson, 2003) fornece a primeira definição de sugestão, entendendo-a como um processo de comunicação que resulta na aceitação convicta de uma afirmação veiculada, quando não existem motivos lógicos para que a mesma seja aceite. É Gudjonsson (2003) quem contra-argumenta e chama a atenção para a importância de distinguir os conceitos de "sugestão" e "sugestionabilidade". Na perspetiva deste autor, o primeiro conceito refere-se a um estímulo que fornece ao individuo uma mensagem para responder (e.g., dica, pista ou ideia), enquanto o segundo termo diz respeito à tendência que o indivíduo tem para responder de determinada forma às sugestões. Adicionalmente, Bernheim (1910 como citado em Gudjonsson, 2003) expande o significado do termo sugestão e estabelece que a sugestionabilidade pode ocorrer não só no contexto de hipnose, mas também durante o estado de vigília.

No mesmo período, Münsterberg (1908), considerado o pai da investigação sobre o testemunho ocular, chama a atenção para ocorrência de falsos relatos por parte de testemunhas de boa-fé e para uma consequente e necessária reforma do sistema judicial, bem como para a necessidade de mais investigação nesta área (Pinho, 2002; Ridley, 2013). Mais tarde, Stern (1910) realiza diversas experiências com crianças e jovens (dos 7 aos 18 anos), no sentido de determinar a exatidão dos testemunhos e as condições subjacentes a esta. Tais experiências demonstraram que os erros no relato dos sujeitos se devem tanto a quesitos internos (e.g., falhas na apreensão e/ou recordação de informação) como externos (e.g., natureza do interrogatório). Mais precisamente, este autor estabeleceu que grande parte dos testemunhos falsos é resultado do interrogatório, em particular das questões sugestivas, tendo o próprio interrogador responsabilidade na ocorrência dos mesmos (Ceci & Bruck, 1993; Stern, 1910). Também Varendonck (1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993), perito em avaliação de testemunhos de crianças no caso do homicídio de Cecile, realizou estudos com o intuito de demonstrar a não confiabilidade dos testemunhos de crianças. Através destes, verificou, assim como Stern (1910), que as sugestões e as perguntas sugestivas, em especial no caso de interrogatórios repetitivos, alteram os relatos das crianças (Ridley & Gudjonsson, 2013). Adicionalmente, Lipmann (1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993), tal como como Binet, concluiu que a sugestionabilidade das crianças é, de facto, influenciada por fatores cognitivos e sociais e que estas se tornam mais suscetíveis à sugestão por terem perceções do mundo diferentes das dos adultos (preenchem as lacunas da sua memória com o material produzido pela sua mente e passam a acreditar que o imaginado é o real). É imperativo referir que, como Davies, Flin e Baxter (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) apontaram, alguns dos autores mencionados recorreram apenas ao uso de estímulos estáticos nas suas experiências, facto que limitou a relevância forense dos seus trabalhos. Todavia, essa questão foi, mais tarde, ultrapassada no estudo inovador de Pear e Wyatt (1914 como citado em Gudjonsson, 2003), no qual foi utilizado como estímulo a simulação de um incidente ao vivo (Cunha, 2010).

Ao abordar a temática da sugestionabilidade e dos testemunhos, é inevitável mencionar o estudo das distorções da memória, uma vez que estes conceitos apresentam uma relação estreita e interdependente. Bartlett (1932)

como citado em Ridley, 2013) é o primeiro autor interessado nesta ligação a propor explicações para as distorções mnésicas que ocorrem com a sugestionabilidade, em particular: o efeito de esquema, as ilusões da memória e a confusão entre acontecimentos reais e imaginados (cf. Albuquerque & Santos, 1999). Os aspetos da memória que contribuem para a sugestionabilidade interrogativa são, segundo este autor, as omissões resultantes do esquecimento de detalhes irrelevantes -, a racionalização através da procura de significado para a informação -, as distorções - a transformação dos detalhes no sentido de os tornar semelhantes ao conhecimento geral -; e as intrusões - como resultado da alteração da ordem eventos (Videira, 2015; Ridley, 2013). Assim sendo, sugestionabilidade interrogativa, as sugestões introduzem nova informação, fazendo com que o sujeito, no sentido de tornar esta informação consistente com a memória do evento original, sofra alguma(s) das transformações referidas e acabe por aceitar as sugestões fornecidas (Loftus, 1974; Ridley, 2013).

À medida que a investigação relativa à sugestionabilidade enquanto conceito e processo foi evoluindo, Eysenck (1943 como citado em Gudjonsson, 2003) procurou, de forma pioneira, estabelecer uma classificação para este domínio. Deste modo, destacou a existência de dois tipos independentes de sugestionabilidade: a "sugestionabilidade primária" alusiva à ideia de Noitz (1820 como citado em Gudjonsson, 2003), caracterizada por movimentos não-volitivos e sugestões repetitivas e monótonas – e a "sugestionabilidade secundária" – que se caracteriza por uma sensação consequente à sugestão (explícita ou implícita), feita pelo experimentador, de que tal fenómeno irá ocorrer, e que não está relacionada com a hipnose. Em 1945, Eysenck e Furneaux (1945 como citado em Gudjonsson, 2003) estabelecem a possibilidade de existir um terceiro tipo, a "sugestionabilidade terciária", que envolveria uma comportamento enquanto resultado de uma comunicação persuasiva de uma figura de autoridade e seria semelhante ao conceito de "sugestionabilidade interrogativa". Contudo, os trabalhos de Evans (1967 como citado em Gudjonsson, 2003; Ridley, 2013) demonstraram que a noção de "sugestionabilidade secundária" não era justificável empiricamente.

Com as mudanças no panorama sociopolítico no final dos anos 60, o papel da testemunha ocular tornou-se mais relevante e verificou-se um aumento da preocupação relativa à necessidade de uma avaliação rigorosa da fidelidade e da veracidade dos testemunhos (Cunha, 2010; Loftus, 2003). Tal, resultou no aumento do interesse relativamente aos processos subjacentes à sugestionabilidade em contextos legais, o que potenciou mais investigações acerca desta temática (Ceci & Bruck, 1993; Cunha, 2010; Loftus, 2003) e, por sua vez, surgiram as duas grandes abordagens complementares da sugestionabilidade interrogativa. Nos Estados Unidos da América, emerge a abordagem experimental, tendo por base os estudos de Loftus (1979 como citado em Gudjonsson, 2003, 2018b), que pretende compreender sob que condições é que as questões sugestivas tendem a influenciar os relatos verbais das testemunhas. Powers, Andriks e Loftus (1979 como citado em Gudjonsson, 2003) definem a sugestionabilidade interrogativa como "o grau em que os indivíduos aceitam informação pós-evento e a incorporam nas suas recordações" (p. 345) e referem que esta é mediada por um mecanismo cognitivo central denominado de "deteção da discrepância". Embora esta definição demonstre a importância do processamento da memória enquanto parte integrante do processo de sugestionabilidade interrogativa, a mesma foi alvo de críticas por ser demasiado vaga e por, na altura, não estar provado que o indivíduo incorpore efetivamente a informação na sua memória ainda que a aceite<sup>1</sup> (Gudjonsson, 2003, 2018b). Na Europa, surge a abordagem centrada nas diferenças individuais, de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003, 2018b), cujo foco, tal como o nome indica, passa pela explicação das diferenças individuais ao nível da sugestionabilidade interrogativa, sendo esta fruto de fatores internos e externos. Para estes autores, a sugestionabilidade interrogativa é "o grau em que, num contexto de interação social fechado, os indivíduos aceitam mensagens comunicadas durante um interrogatório formal, e, como resultado disso, a sua resposta comportamental é alterada" (1986 como citado em Gudjonsson, 2003, p. 345) e integra cinco aspetos distintos: a interação social, o procedimento de interrogatório, os estímulos sugestivos, a aceitação desses estímulos e a

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Atualmente existem estudos que indicam que, tendo a informação sido aceite e incorporada (como ocorre no fenómeno das falsas confissões "internalizadas"), a memória pode sofrer grandes alterações, ao ponto de o sujeito não conseguir recuperar a memória original (Henkel & Coffman, 2004; Kassin, 2007 como citado em Gudjonsson, 2018a; Loftus, 2003).

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

resposta comportamental. Mais tarde, Ceci e Bruck (1993) propuseram um conceito mais amplo de sugestionabilidade interrogativa, considerando-a como o grau no qual a codificação, o armazenamento, a recuperação e o relato dos eventos de um sujeito são influenciados por fatores sociais e psicológicos.

Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) desenvolveram um modelo teórico para a sugestionabilidade interrogativa, por forma a que se compreendesse melhor o processamento da informação durante o contexto de um interrogatório e o modo como podem surgir distorções na memória. Este modelo, ao integrar a ideia de Gudjonsson (1983), estabelece que existem dois tipos conceptualmente distintos de sugestionabilidade interrogativa: um, relacionado com as ideias privilegiadas por Binet (1900 como citado em Gudjonsson, 2003) e Stern (1910), que diz respeito ao impacto que as questões sugestivas ou direcionadas têm no testemunho do individuo; e outro, que se refere ao grau em que os interrogadores são capazes de alterar respostas indesejadas (mas possivelmente verdadeiras) através de desafio e de feedback negativo. Ademais, este modelo assenta na premissa básica de que a sugestionabilidade interrogativa depende de estratégias de coping criadas e adotadas pelo individuo face aos três grandes pré-requisitos do contexto de interrogatório: a incerteza – relativamente à resposta a dar<sup>2</sup> –; a confiança interpessoal – em particular, no interrogador e de que as intenções deste são genuínas -; e as expectativas associadas ao interrogatório (i.e., o sujeito acredita que tem de fornecer uma resposta, que deve saber a resposta à questão colocada e que esperam mesmo isso de si). Deste modo, no primeiro tipo de sugestionabilidade interrogativa referido, o interrogador coloca uma questão, esta é sujeita a processamento cognitivo por parte do sujeito interrogado, o qual, por sua vez, influenciará a escolha de uma estratégia de coping a adotar por este último. Todo este processo culminará na adoção de uma resposta comportamental sugestionável ou resistente (Gudjonsson, 2003, 2018b). Relativamente ao feedback comunicado pelo interrogador, este pode ser positivo ou negativo e comunicado quer de forma explícita, quer de forma implícita (e.g., "implícito negativo": realizar, repetidamente, uma mesma

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Aqui é importante ter presente a distinção entre ser-se complacente (i.e., aceitar a sugestão de modo a agradar o interrogador) e ser-se sugestionável, pois o sujeito só é verdadeiramente sugestionável se aceitar a sugestão de forma privada ou, no mínimo, a considerar plausível (Gudionsson, 2003).

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

questão; "implícito positivo": ser simpático após obter a resposta desejada). O modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) foca-se, particularmente, no *feedback* negativo, dado ser aquele que tem implicações práticas mais significativas. Este consiste na transmissão, por parte do interrogador, de desaprovação e crítica relativamente às respostas dadas pelo individuo interrogado e, por conseguinte, na realização de pressão para aceitação da sugestão fornecida, pretendendo que o individuo altere as suas respostas em função daquelas que são desejadas pelo interrogador. Portanto, após o interrogador fornecer o *feedback* negativo, o sujeito procede à avaliação cognitiva explicitada anteriormente, a qual resultará na adoção de uma resposta de resistência ou de cedência à sugestão. Se o sujeito rejeita o *feedback* negativo, este não terá influência na subsequente suscetibilidade às sugestões; se o sujeito o aceita, este resultará em reações emocionais e psicológicas fortes que irão aumentar a incerteza do indivíduo e, consequentemente, a sua suscetibilidade às sugestões (Gudjonsson, 2003).

Tendo por base este modelo, Gudjonsson elaborou a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS-1; Gudjonsson, 1984, 1997) e a sua versão paralela (GSS-2), tendo estas duas grandes finalidades: uma clínica/forense, no sentido de identificar os indivíduos suscetíveis de cometer erros no relato de eventos em contexto de interrogatório; e uma de investigação, de modo a facilitar a compreensão dos processos subjacentes à sugestionabilidade interrogativa e de validar o seu modelo teórico (Gudjonsson, 1997, 2018b; Pires, Silva, & Ferreira, 2013b).

# 2.1. Sugestionabilidade interrogativa e fatores sociodemográficos

A teorização da sugestionabilidade interrogativa parte da assunção de que há indivíduos mais sugestionáveis que outros e que estas diferenças podem estar dependentes de vários fatores e variáveis. Ao longo dos últimos anos, têm sido realizados diversos estudos, no sentido de esclarecer quais os aspetos mediadores e influenciadores da sugestionabilidade interrogativa, bem como em que medida e em que condições estes têm efeitos nesta.

A idade tem sido uma das variáveis que mais resultados contraditórios apresenta. Uns estudos sugerem que as crianças tendem a ser mais sugestionáveis que os adultos (Cunha, 2010; Gates & Shrimpton, 1991 como

citado em Ceci & Bruck, 1993; King & Yuille, 1987 como citado em Ceci & Bruck, 1993; Warren, Hulse-Trotter, & Tubbs, 1991 como citado em Gudjonsson, 2003); outros referem que os adultos mais velhos (idosos) são mais sugestionáveis, por serem mais vulneráveis às questões sugestivas, comparativamente a adultos mais jovens (Polczyk et al., 2004; Pires, Pinho, & Albuquerque, 2017); e outros ainda revelam não haver diferenças consideráveis entre as diferentes faixas etárias (Flin, Boon, Knox, & Bull, 1992; Marin, Holmes, Guth, & Kovac, 1979 como citado em Ceci & Bruck, 1993; Redlich, 1999 como citado em Gudjonsson, 2003). No entanto, é de referir que estas divergências ocorrem de acordo com a componente da sugestionabilidade interrogativa avaliada (influência das questões sugestivas vs. feedback negativo), com as medidas da GSS em questão e com outros fatores a serem analisados adiante (e.g., memória, inteligência, etc.). No que diz respeito à variável género, os estudos têm vindo a corroborar a previsão de Gudjonsson (1997) de que não existem diferenças estatisticamente significativas entre sexos na sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2003; Pires et al., 2017).

#### 2.2. Sugestionabilidade interrogativa e fatores cognitivos

Existem fatores cognitivos que desempenham um papel mediador no processo da sugestionabilidade interrogativa, o que torna a sua investigação particularmente relevante. A memória e a sugestionabilidade interrogativa têm uma estreita relação, a qual desperta bastante interesse na comunidade científica e, em função disso, tem vindo a ser profundamente estudada. O estudo desta relação interliga-se com a temática da precisão de testemunhos, focando-se, sobretudo, na relação entre a sugestionabilidade e a recuperação mnésica de um evento. Resultados de análises realizadas têm vindo a demonstrar uma correlação negativa entre estas variáveis, revelando que menor capacidade mnésica está relacionada com maior sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 1997, 2003; Pires et al., 2017; Saraiva, 2012), em particular no que se refere à sugestionabilidade imediata (Ridley & Gudjonsson, 2013). Segundo Howe (1991 como citado em Cunha, 2010), a força do traço de memória também pode ter influência na suscetibilidade à sugestão, na medida em que um traço mais fraco, por ser mais suscetível a intrusões de fontes externas, é mais vulnerável à distorção. Os estudos realizados relativamente a este aspeto não apresentam resultados consensuais, uma vez que nuns obtiveram-se correlações negativas, indicando que um traço mnésico forte está associado a maior resistência à sugestão (Endres, Poggenpohl & Erben, 1999; Pezdek & Roe, 1995), noutros observaram-se correlações positivas (Price & Connolly, 2004) e noutros ainda não se verificou qualquer relação entre a força do traço e o grau de sugestionabilidade (Howe, 1991 como citado em Cunha, 2010). A monitorização da fonte (i.e., capacidade de identificar a origem das informações) surge igualmente como um aspeto capaz de influenciar a sugestionabilidade (em especial, a sugestionabilidade diferida), no sentido em que, após a exposição a sugestões, o sujeito passa a ter acesso simultâneo tanto às representações do evento presenciado, como às representações resultantes das sugestões, podendo ter dificuldade em distinguir quais dizem respeito ao evento original (Ceci & Bruck, 1993; Ridley & Gudjonsson, 2013). O que a investigação neste campo tem vindo a indicar é que dificuldades na capacidade de monitorização da fonte tendem, então, a estar associadas a maior sugestionabilidade (Giles, Gopnik, & Heyman, 2002; Mastroberardino, 2006; Thierry, Spence, & Memon, 2001).

Também a inteligência se encontra relacionada com sugestionabilidade interrogativa, sendo que, segundo as previsões de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003), esta correlação é de carácter negativo. Tal hipótese surge do facto de a sugestionabilidade estar relacionada com a incerteza, a qual depende, em certa medida, da capacidade mnésica do sujeito e, por sua vez, do facto de esta última apresentar uma correlação altamente significativa com a inteligência. Embora a memória e a inteligência contribuam, assim, de forma conjunta para a sugestionabilidade interrogativa, as pesquisas revelaram que ambas têm, igualmente, efeitos distintos e independentes na suscetibilidade às sugestões (Sharrock & Gudjonsson, 1993 como citado em Gudjonsson, 2003). O efeito exclusivo da inteligência pode ser explicado pela segunda razão apresentada pelos autores referidos: sendo a sugestionabilidade fruto das estratégias de coping adotadas pelo sujeito durante o interrogatório, é expectável que pessoas com recursos intelectuais mais limitados não sejam capazes de desenvolver as estratégias mais adequadas para resistir à sugestão (Gudjonsson, 2003). De facto, a investigação sugere que indivíduos com

baixo Q.I. apresentam maior sugestionabilidade (Gudjonsson, 1983, 1988b; Milne, Clare, & Bull, 2002; Polczyk, 2005; Tully & Cahill, 1984 como citado em Gudjonsson, 2003). Contudo, quando o Q.I. é normativo ou acima da média, a inteligência não é um bom preditor da sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2003).

A atenção, enquanto função essencial para a interação eficaz do individuo com o ambiente e para a organização dos processos mentais (Lima, 2005), pode ser um fator a ter em conta na sugestionabilidade interrogativa, tal como Binet (1900 como citado em Ridley, 2013) indicou. Este autor observou nas suas experiências que as crianças a trabalhar em grupo para responder às questões sugestivas tendiam a apresentar maior sugestionabilidade comparativamente às crianças que trabalharam de forma individual, pois prestariam menos atenção à tarefa (Ridley, 2013). Também Lipmann (1911 como citado em Ridley, 2013) destacou o papel da atenção, sobretudo ao nível da codificação da informação, dado que os detalhes que tendem a despertar a atenção são distintos de pessoa para pessoa e, particularmente, entre crianças e adultos. Exemplificando, se um adulto questiona uma criança sobre um evento do qual ambos foram testemunhas e esta não evoca o detalhe que o primeiro focou, este pode vir a considerar a memória da criança como falível, quando na verdade a memória desta última é verdadeira e apenas diferente. Deste modo, é provável que o foco da atenção contribua para a natureza reconstrutiva da memória, a qual diz respeito tanto à atenção ao evento original, como à atenção às sugestões feitas pós-evento (Ridley, 2013). Umanath, Ries e Huff (2019) estudaram o papel que os recursos atencionais podem ter na deteção de erros durante a primeira exposição à desinformação e os resultados que obtiveram são compatíveis com os seguintes aspetos: por um lado, recuperar detalhes do evento original de modo a compará-los com os atuais (referentes à desinformação), quando os recursos são deficitários, é uma tarefa que exige um esforço cognitivo excessivo (Simons & Ambinder, 2005 como citado em Umanath et al., 2019), e, por outro, os participantes codificam a informação relativa aos detalhes originais e aos alterados e, por apresentarem uma atenção reduzida, falham na deteção da discrepância entre ambos. Ademais, Gudjonsson, Young e Bramham (2007) indicaram que os indivíduos com problemas de atenção e memória podem tornar-se mais vulneráveis ao desenvolvimento da Síndrome de Desconfiança da Memória – condição segundo a qual o sujeito não confia nas recordações da sua memória e torna-se suscetível a responder com base em pistas externas e sugestões (Gudjonsson & MacKeith, 1982 como citado em Gudjonsson, 2017; Gudjonsson, 2003) – e, por sua vez, serem mais sugestionáveis.

#### 2.3. Sugestionabilidade interrogativa e fatores psicossociais

Tendo em conta o modelo de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjosson, 2003) a sugestionabilidade interrogativa varia consoante as características individuais dos sujeitos. Dada natureza do interrogatório policial, é natural que o individuo sujeito a este, seja enquanto vítima, testemunha ou suspeito, experiencie sintomas de ansiedade, pelo que se torna importante analisar a relação entre esta variável e a sugestionabilidade interrogativa (Ridley & Gudjonsson, 2013). A ansiedade pode ser conceptualizada em dois sentidos: a ansiedade-traço, enquanto constructo estável da personalidade que reflete a ansiedade geral de determinado individuo, e a ansiedade-estado, que diz respeito ao quanto o sujeito se sente ansioso em determinado momento e depende das condições situacionais (Gudjonsson, 2003; Ridley & Gudjonsson, 2013). As investigações relativamente à relação mencionada não têm obtido resultados convergentes, pois alguns estudos referem existir uma relação positiva entre a ansiedade e a sugestionabilidade, indicando que indivíduos que experienciam maior ansiedade tendem a ser mais sugestionáveis (Gudjonsson, 1988a, 2003; Wolfradt & Meyer, 1998; Gudjonsson, Rutter, & Clare, 1995 como citado em Ridley & Gudjonsson, 2013); outros indicam não existir qualquer relação (Pires et al., 2013b; Polczyk, 2005; Smith & Gudjonsson, 1995 como citado em Ridley & Gudjonsson, 2013); e outros ainda obtiveram relações negativas, sugerindo que, quanto maior a ansiedade sentida pelo sujeito, mais resistente à sugestão este se torna (Ridley, Clifford, & Keogh, 2002; Ridley & Clifford, 2004, 2006). Estas discrepâncias parecem depender do constructo tido em conta. Se, por um lado, a sugestionabilidade interrogativa parece ser influenciada pela pressão interrogativa - a qual interfere com o estado de ansiedade no momento (Gudjonsson, 1988a, 2003; Pires et al., 2017) -, por outro, a ansiedade-traço parece desempenhar um papel mediador neste processo. Isto porque, quanto maior for, mais negativamente o sujeito irá interpretar a situação de interrogatório e, acresce o facto de a interpretação negativa estar já correlacionada com maior suscetibilidade de ceder à pressão interrogativa resultante das questões sugestivas e do *feedback* negativo (Drake, 2014). No entanto, é de realçar que esta questão carece de mais esclarecimentos factuais.

Os manuais de técnicas de interrogatório tendem a aconselhar como estratégia o ataque à autoestima e à competência do sujeito interrogado (Gudjonsson, 2003). Este confronto é representado nas Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS-1 e GSS-2) pelo feedback negativo e tende a ser bastante eficaz na amplificação da suscetibilidade às sugestões (Gudjonsson & Lister, 1984 como citado em Gudjonsson, 2003). Assim, segundo o modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003), quando o feedback negativo é aceite, este pode desencadear reações capazes de potenciar o aumento da ansiedade e a diminuição da autoestima do sujeito, o que irá afetar o seu processamento cognitivo e as estratégias de coping que usará durante o resto do interrogatório. Tal poderá gerar neste maior incerteza e maior tendência para a procura de orientação externa para as suas respostas e, por sua vez, intensificar a sua vulnerabilidade à sugestão (Gudjonsson, 2003; Pires et al., 2017). Efetivamente, os sujeitos que adotam estratégias focadas nas emoções, ao invés de estratégias focadas no problema que lhes permitam avaliar criticamente a situação, apresentam maior tendência para ceder às questões sugestivas (Bain, McGroarty & Runcie, 2015; Gudjonsson, 1988a; Howard & Hong, 2002 como citado em Gudjonsson, 2003).

A relação entre a sugestionabilidade interrogativa e a variável autoestima ainda não se encontra totalmente esclarecida. Sabe-se que os sujeitos com baixa autoestima são particularmente vulneráveis à pressão interrogativa e que obtêm, geralmente, resultados mais elevados na GSS (Bain, Baxter, Fellowes, 2004; Baxter, Jackson, & Bain, 2003; Ridley & Gudjonsson, 2013) – tendência essa que parece estar associada ao aumento da distância psicológica entre o entrevistador e o entrevistado (Baxter et al., 2003), bem como à perceção que este último tem de ser pouco competente a lidar com situações (Peiffer & Trull, 2000). Efetivamente, um estudo (Bain et al., 2015) estabelece a existência de uma correlação negativa entre a autoestima e a suscetibilidade às questões sugestivas. No entanto, a relação

entre a autoestima e a sugestionabilidade nem sempre é estatisticamente significativa (Drake, Bull, & Boon, 2008 como citado em Ridley & Gudjonsson, 2013) e parece não existir um efeito preditor entre a autoestima e o desempenho na GSS (Bain et al., 2015; McGroarty & Baxter, 2009 como citado em Ridley & Gudjonsson, 2013).

No que diz respeito ao domínio neuroticismo, este tende a refletir uma tendência para experienciar sentimentos negativos (e.g., medo, angústia, tristeza, raiva, etc.) (Costa & McCrae, 1992), o que pode contribuir para uma atitude mental (*mindset*) pessimista e interpretações mais negativas da situação e, por sua vez, como explicitado acima, contribuir para maior vulnerabilidade de cedência à pressão interrogativa (Drake, 2010, 2014). Gudjonsson (1983) encontrou uma correlação negativa significativa, ainda que baixa, entre o neuroticismo e a medida de "Sugestionabilidade Total" da GSS. No entanto, nos trabalhos de Haraldsson (1985 como citado em Gudjonsson, 2003), Liebman et al. (2002), Polczyk (2005) e Pires et al. (2013b) não se verificaram quaisquer correlações significativas entre este ou outro fator de personalidade e as várias medidas de sugestionabilidade da GSS, o que parece indicar independência entre traços de personalidade e sugestionabilidade interrogativa (Pires et al., 2013b; Pires et al., 2017).

A relação entre a sugestionabilidade interrogativa e a desejabilidade social também tem vindo a ser estudada e os resultados das investigações apontam uma correlação positiva entre ambas as variáveis, indicando, assim, que indivíduos com maior tendência para a desejabilidade social tendem a ser mais sugestionáveis (Ceci & Bruck, 1993; Haraldsson, 1985 como citado em Gudjonsson, 2003; Pires, Silva & Ferreira, 2013a; Polczyk, 2005; Richardson & Kelly, 2004).

#### 3. Impacto das questões sugestivas

O grande propósito de um interrogatório, como supramencionado, é obter e reunir informação a partir da pessoa interrogada (Endres, 1997; Kassin, 1997). Todavia, o interrogatório é também composto por um fluxo de informação no sentido oposto, isto é, do interrogador para o sujeito interrogado (Flammer, 1981 como citado em Endres, 1997), no sentido em que o primeiro comunica ao segundo, através das questões que coloca, aquilo que sabe *a priori* e qual a informação que lhe falta.

A investigação relativa à área do testemunho e, em particular, à sugestionabilidade interrogativa, permitiu compreender que questões sugestivas e sugestões, ao introduzirem nova informação, podem alterar a memória que o sujeito interrogado tem acerca do evento original, influenciando as suas respostas sobre o mesmo e, em última análise, gerando testemunhos falsos (Loftus, 1974; Stern, 1910; Varendonck, 1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993). Também já foi observado que a própria composição textual das perguntas (i.e., a forma como determinada questão é formulada) tem impacto nas respostas dadas pelo sujeito (Harris, 1973 como citado em Loftus, 1975), inclusive quando se trata de questões relativas a experiências pessoais passadas e eventos testemunhados recentemente (Loftus, 1975; Loftus & Palmer, 1974; Loftus & Zanni, 1975). É ainda de referir que este efeito é, de alguma forma, amplificado quando as questões são contruídas com base em pressuposições, sejam elas verdadeiras ou falsas por exemplo, a questão "viste o ...?", comparativamente à questão "viste algum ...?", transmite de forma implícita que estaria presente um objeto que o sujeito poderia ou não ter visto, o que, per si, já poderá ter influência na resposta deste (Loftus, 1975).

Endres (1997) identifica uma série de diferentes tipos de questões sugestivas, entre as quais distingue como de sugestividade baixa a moderada as questões "sim/não". Estas apresentam uma disjunção completa de duas possíveis alternativas (afirmação vs. negação), embora nem sempre psicologicamente equivalentes. De sugestividade alta, este autor destaca três tipos de questões. Primeiramente, as questões "com alternativas de disjunção incompleta" (e.g., "era um carro preto ou azul"?), pois limitam o número de alternativas e podem transmitir ao outro que outras opções diferentes das apresentadas serão rejeitadas. Em segundo lugar, salienta as questões "direcionadas com premissa", uma vez que contêm itens de conhecimento que não surgiram nas respostas prévias do sujeito entrevistado. A premissa pode ser o conteúdo focal da questão (e.g., "o suspeito ameaçou o polícia?") ou apresentada de forma subtil, através de um posicionamento sintático menos proeminente (e.g., "lembra-se da mulher agressiva que ameaçou o polícia?"). Por último, surgem as questões "com expectativas implícitas", na medida em que apresentam inferências e pistas que, por derivarem de estereótipos ou do senso comum, se tornam prováveis e/ou lógicas e, por sua vez, difíceis de rejeitar e/ou refutar (e.g., "e a vítima certamente gritou por ajuda?") (Endres, 1997).

As Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS-1 e 2; Gudjonsson, 1984, 1997) permitem avaliar a sugestionabilidade interrogativa ao nível do impacto das questões sugestivas. Estas têm na sua composição 20 questões, 15 das quais são sugestivas e se dividem em três tipos (Gudjonsson, 1997; Pires et al., 2013b; Pires et al., 2017): (i) as questões "direcionadas" – que incluem uma ou duas premissas salientes que criam a expectativa de um determinado tipo de respostas (semelhantes às questões "com expectativas implícitas" de Endres (1997)); (ii) as questões "afirmativas" – que não têm qualquer premissa saliente ou quaisquer expectativas, mas que podem ser sugestivas porque geram dúvida na mente do sujeito, podendo fazer com que responda de forma positiva; (iii) as questões "com alternativas falsas" – que são compostas por duas alternativas fechadas, sendo ambas erradas (similares às questões "com alternativas de disjunção incompleta" referidas por Endres (1997)).

Para Gudjonsson (2003), pressionar os suspeitos para a escolha de duas alternativas incriminatórias é a técnica de interrogatório mais perigosa e o que a investigação, embora reduzida, tem vindo a demonstrar vai ao encontro desta conceção. O estudo de Gee, Gregory e Pipe (1999 como citado em Sharman & Powell, 2012), realizado com crianças dos 9 aos 13 anos, pretendeu avaliar o impacto das questões sugestivas consoante o seu formato. Neste, foram usadas apenas questões de alternativas fechadas (e.g., "sim/não" ou escolha entre duas opções) e questões de evocação a partir de uma pista (e.g., questão aberta sobre um detalhe fictício), tendo sido o primeiro tipo a gerar mais erros nos relatos das crianças. Sharman e Powell (2012) realizaram um estudo com adultos (18 a 60 anos) e comprovaram, igualmente, que a suscetibilidade dos sujeitos à desinformação difere consoante a estrutura da questão. No seguimento, comprovou-se que as perguntas realizadas de forma fechada, de modo a encorajar o sujeito a pensar sobre os detalhes da informação sugerida (semelhante ao que ocorre nas questões "com alternativas falsas" da GSS), foram das que mais induziram os sujeitos em erro. Tal, pode dever-se ao facto de que, para responder de forma correta às questões de alternativas falsas, os sujeitos têm de rejeitar expressamente ambas as opções – mas, por tal tarefa lhe ser difícil (seja por relutância de contradizer o entrevistador/figura de autoridade ou por dificuldades em justificar a sua refutação), os mesmos preferem simplesmente escolher uma das opções fornecidas (Dent & Stephenson, 1979 como citado em Sharman & Powell, 2012; Endres, 1997).

#### II - Objectivos

O objetivo primário deste estudo consiste em verificar se algum dos tipos de questões sugestivas da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson-1 (GSS-1; Gudjonsson, 1984, 1997) se destaca na indução de sugestionabilidade interrogativa em jovens e, se sim, de qual deles se trata.

Tendo em conta este propósito e a revisão bibliográfica, estabelecemse como hipóteses:

- H1: O tipo de questões sugestivas mais eficaz na indução de sugestionabilidade interrogativa refere-se às "questões com alternativas falsas".
- **H2**: Desempenho mnésico mais baixo está relacionado com maior sugestionabilidade interrogativa.
- H3: Resultados baixos em tarefas atencionais estão associados a maior vulnerabilidade à sugestão.
- **H4**: Indivíduos com maior predisposição para experienciar ansiedade são mais suscetíveis de ceder à pressão interrogativa, obtendo-se uma correlação positiva entre a ansiedade-traço<sup>3</sup> e a sugestionabilidade interrogativa.
- **H5**: Indivíduos com níveis de autoconceito mais baixos são mais sugestionáveis, facto que será traduzido por uma correlação negativa entre o autoconceito e a sugestionabilidade interrogativa.
- **H6**: Sujeitos com neuroticismo mais elevado são mais suscetíveis de ceder à pressão interrogativa, pelo que se obterá uma correlação positiva entre a variável neuroticismo e a sugestionabilidade interrogativa.
- H7: Sujeitos que apresentem maior vontade em exteriorizar uma imagem positiva de si (i.e., maior desejabilidade social) são mais vulneráveis à sugestão, pelo que se registará uma correlação positiva entre este constructo e a sugestionabilidade interrogativa.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Foi considerada apenas a variável "ansiedade-traço", pois o instrumento de avaliação da ansiedade foi aplicado antes da colocação das perguntas sugestivas e, portanto, o parâmetro de "ansiedade-estado" não iria traduzir a ansiedade provocada pela pressão interrogativa (Gudjonsson, 2003).

#### III - Metodologia

#### 1. Amostra

A amostra deste estudo é uma amostra de conveniência, constituída por 50 participantes, residentes em território nacional, estudantes do ensino secundário regular, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos (M=16.60; DP=1.16), sendo que todos foram sujeitos às mesmas condições experimentais. Destes 50 participantes, 15 são do sexo masculino (30%) e 35 do sexo feminino (70%). Na Tabela 1 encontram-se as informações descritivas relativas à amostra deste estudo, nomeadamente ao nível sociodemográfico.

Tabela 1. Descrição demográfica da amostra

		Amostra Total (N=50)		
		Média (DP)	Amplitude	
Idao	de	16.60 (1.16)	15-19	
		N	%	
Coura	М	15	30%	
Sexo	F	35	70%	
	10°	18	36%	
Ano de escolaridade	11º	12	24%	
	12º	20	40%	

#### 2. Instrumentos utilizados

O protocolo utilizado incluiu uma série de instrumentos de avaliação. De modo a avaliar a sugestionabilidade interrogativa, utilizou-se a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS-1; Gudjonsson, 1984, 1997; versão portuguesa de Pires, 2011). Para a avaliação da variável atenção, recorreu-se ao Teste de Barragem de Toulouse-Piéron (1904; versão portuguesa de Amaral, 1967) e ao *Trail Making Test* (TMT A e B; Reitan, 1979; versão portuguesa de Cavaco et al., 2008, 2013). Ao nível das características psicossociais, utilizaram-se o Inventário de Estado-Traço de Ansiedade (STAI-Y; Spielberger, 1983; versão portuguesa de Silva, 2003), o Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ; Eysenck & Eysenck, 1975; versão portuguesa por Fonseca, Eysenck & Simões, 1991) e o Inventário Clínico de Autoconceito (ICAC; Vaz Serra, 1986).

#### 2.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS-1)

A Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS; Gudjonsson, 1984, 1997; versão portuguesa de Pires, 2011) é um instrumento relatomemória que procura medir as diferenças individuais na sugestionabilidade interrogativa, em particular a tendência para ceder às questões sugestivas e à pressão interrogativa (Gudjonsson, 1997, 2003). Como supramencionado, existem duas formas paralelas da GSS (1 e 2), as quais diferem no conteúdo apresentado aos sujeitos. Para o presente estudo, foi selecionada a GSS-1, dada a variedade de estudos realizados com esta versão e dado o conteúdo criminal da história que é apresentada aos sujeitos.

A GSS-1 é composta por uma história de um assalto, a qual foi apresentada, neste estudo, através de uma gravação áudio, por forma a evitar a interferência de variáveis difíceis de controlar (e.g., consistência do ritmo de leitura na mesma sessão e de sessão para sessão) (Pires, Silva, & Ferreira, 2013b; Gudjonsson, 1997). Após a audição da história, decorre uma tarefa de evocação imediata (onde o sujeito recorda o máximo que consegue acerca da história) e uma tarefa de evocação diferida (após um intervalo de retenção de, aproximadamente, 50 minutos). A história tem na sua constituição 40 ideias (unidades de narrativa), que podem ser cotadas com 1 ponto – no caso de o sujeito recordar a ideia correta completa – ou com 0,5 ponto – se o sujeito recordar uma ideia incompleta ou parcialmente correta (Gudjonsson, 1997). No fim da tarefa de evocação diferida, realiza-se uma tarefa de inquirição formal, através da colocação de 20 questões: 5 das quais são não-sugestivas (i.e., relacionadas com a verdade) e 15 são sugestivas. Estas últimas dividemse em três tipos distintos (questões "direcionadas", questões "afirmativas" e questões "com alternativas falsas"), já explicitados anteriormente, sendo que cada tipo está representado por 5 questões. Depois de responder às 20 questões, é apresentado ao sujeito o feedback negativo, que consiste em transmitir-lhe que cometeu vários erros (mesmo que tal não tenha sucedido) e que é necessário que responda, uma vez mais, a todas as questões, bem como em pedir-lhe que seja mais preciso do que foi anteriormente. Por fim, colocam-se novamente as mesmas questões, pela mesma ordem (Gudjonsson, 1997; Pires et al., 2013b; Pires et al., 2017).

É de referir que a distinção entre as questões "direcionadas" e as questões "afirmativas" da GSS é, segundo Gudjonsson (1997), "algo

arbitrária ou de valor limitado" (p. 8). Para o presente trabalho, foram consideradas como questões "afirmativas" aquelas que não têm premissas salientes e cujas sugestões são dadas de forma subtil, através da substituição de partes ou palavras verdadeiras por informação falsa (e.g., "a senhora foi levada para o comando geral da polícia?"), e como questões "direcionadas" aquelas que, similarmente às questões "com expectativas implícitas" de Endres (1997), apresentam sugestões que são prováveis e/ou lógicas e difíceis de rejeitar e/ou refutar (e.g., "o marido da senhora apoiou-a durante o depoimento na polícia?"). Assim sendo, neste estudo<sup>4</sup>, as questões "afirmativas" dizem respeito às questões n.º 4, 7, 10, 14 e 16, as questões "direcionadas" às questões n.º 3, 8, 11, 18 e 20, e as questões "com alternativas falsas" às questões n.º 2, 6, 12, 15 e 19.

A GSS permite obter informação sobre o desempenho mnésico e quatro medidas de sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 1997, 2003; Pires et al., 2013b), mais concretamente:

*Evocação Imediata* – resulta da soma de cada unidade de narrativa evocada corretamente, logo após a audição da história, e fornece informação acerca da atenção, da concentração e da capacidade de memória do sujeito.

*Evocação Diferida* – calcula-se da mesma forma que a medida anterior e fornece o mesmo tipo de informação, contudo, diz respeito às unidades de narrativa evocadas após o intervalo de retenção (50 minutos após a tarefa de evocação imediata).

Confabulação – refere-se a problemas no processamento da memória, onde os indivíduos substituem as lacunas desta por recordações imaginárias que acreditam ser verdade. Esta inclui qualquer segmento de informação que foi adicionado à história (fabricações), bem como grandes alterações no conteúdo da mesma (distorções).

Cedência 1 — diz respeito ao número de questões sugestivas às quais o individuo cede na primeira inquirição e pode apresentar uma pontuação máxima de 15 pontos (um ponto por cada questão). Esta medida representa a vulnerabilidade à desinformação, fruto do impacto das questões sugestivas.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Gudjonsson, no manual da GSS (1997), entre todas as questões sugestivas, apenas indica quais são as "com alternativas falsas". Não faz referência ao agrupamento das restantes questões sugestivas, precisamente por considerar que a distinção entre "questões afirmativas" e "questões direcionadas" é arbitrária. Neste sentido, procedi a essa distinção, tendo em conta as características acima referidas.

Cedência 2 — refere-se à aceitação da informação enganosa e corresponde ao número de questões sugestivas às quais o sujeito cede na segunda inquirição, após o *feedback* negativo. Também pode apresentar uma pontuação máxima de 15 pontos.

Alteração – representa a vulnerabilidade à pressão interrogativa, como resultado do *feedback* negativo, e refere-se ao número de respostas que sofreram uma alteração nítida da primeira para a segunda inquirição, independentemente da sua direção. Obtém-se através da comparação das respostas a todas as questões (sugestivas e não-sugestivas) antes e após o *feedback* negativo, podendo apresentar uma pontuação máxima de 20 pontos.

Sugestionabilidade Total – trata-se de um indicador do nível global de sugestionabilidade do sujeito e é obtido através da soma entre o resultado obtido nas medidas de Cedência 1 e Alteração.

A adaptação das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson para a população portuguesa foi realizada por Pires (2011), na sua dissertação de doutoramento, a qual foi previamente autorizada e seguiu as diretrizes estipuladas. A consistência interna das GSS-1 adaptada à população portuguesa obteve resultados relativamente aceitáveis (*Cedência 1: .74; Cedência 2: .76; Alteração: .58*), os quais vão ao encontro dos obtidos por Gudjonsson (1997) na versão original, ainda que o valor de alfa na medida de *Alteração* seja mais baixo na versão portuguesa. No que concerne à estabilidade temporal, obtiveram-se correlações significativas em todas as medidas (*Cedência 1: .39; Cedência 2: .46; Sugestionabilidade Total: .32*), exceto na medida de *Alteração* (.11) (Pires et al., 2013b; Pires et al., 2017).

#### 2.2. Inventário de Estado-Traço de Ansiedade

O Inventário de Estado-Traço de Ansiedade (STAI-Y; Spielberger, 1983; versão portuguesa de Silva, 2003) é um instrumento de autorrelato, aplicável a partir do 10° ano de escolaridade ou idade equivalente, constituído por duas subescalas (Y-1 e Y-2). Cada uma destas é composta por 20 itens e ambas possuem um formato de resposta tipo Likert de 4 pontos, sendo que a escala Y-1 diz respeito à ansiedade-estado e a escala Y-2 avalia a ansiedade-traço.

A tradução, adaptação e aferição deste instrumento para a população portuguesa iniciou-se com o trabalho de Santos e Silva (1997) e foi, mais

tarde, finalizada por Silva e Campos (1998). Estes estudos revelam que o STAI-Y apresenta uma boa consistência interna (valores entre os .80 e .90 para ambas as escalas) e uma estabilidade temporal aceitável (.59 para ansiedade-estado e .80 para ansiedade-traço) (Silva, 2003).

#### 2.3. Questionário de Personalidade de Eysenck

O Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ; Eysenck & Eysenck, 1975; versão portuguesa por Fonseca, Eysenck & Simões, 1991) é um inventário de autorresposta que pretende avaliar as principais dimensões da personalidade. É composto por 73 itens distribuídos por 4 escalas, nomeadamente, psicoticismo (*P*) com 17 itens, extroversão (*E*) com 18 itens, neuroticismo (*N*) com 18 itens, e mentira/desejabilidade social (*L*) com 20 itens. A resposta aos itens é realizada de forma dicotómica (Sim ou Não), sendo cotada com 1 ponto, se for no sentido da dimensão avaliada, ou 0 pontos, se for no sentido contrário.

Na validação deste instrumento para a população portuguesa (Fonseca et al., 1991) emergiram os mesmos fatores que na versão original (E, N, P e L), os quais apresentavam coeficientes de consistência interna suficientemente elevados (*E*: .84 para ambos os sexos; *N*: .81 para os homens e .85 para as mulheres; *L*: .83 para os homens e .81 para as mulheres; *P*: .75 para os homens), exceto na escala P para mulheres (.59). No geral, os autores que procederam à validação da versão portuguesa consideram que as propriedades psicométricas desta não diferem substancialmente das da versão original.

#### 2.4. Teste de Barragem de Toulouse-Piéron

O Teste de Barragem de Toulouse-Piéron (1904; versão portuguesa de Amaral, 1967) é um teste de cancelamento, no qual o sujeito tem de "traçar" o estímulo-alvo, selecionando-o entre um conjunto de vários sinais dispostos de forma aleatória, durante 10 minutos. Sendo a amostra composta por sujeitos com mais de 15 anos, o estímulo alvo são 3 sinais (dentro dos 8 tipos existentes<sup>5</sup>), os quais são apresentados no topo da folha de resposta.

Este instrumento avalia, essencialmente, a atenção em dois domínios:

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Cf. imagem no Anexo A.

a atenção seletiva – uma vez que recruta a capacidade do sujeito em sinalizar e selecionar um estímulo em detrimento de outros – e a atenção sustentada – apelando à persistência na capacidade de estar atento (Alberto, 2003). O mesmo é composto por duas folhas A4, com 1600 quadrados, sendo que, em cada linha, encontram-se 15 sinais alvo a selecionar.

O teste de Barragem Toulouse-Piéron (Rodrigues, 1967) permite derivar várias pontuações, nomeadamente, o número de estímulos assinalados corretamente (total de acertos - C), o número dos estímulos que não foram assinalados (total de lacunas - L - a qual se trata de uma medida de desatenção) e o número de estímulos distratores marcados erradamente pelo sujeito (total de erros - E - a qual se trata de uma medida de impulsividade). O cálculo do resultado total obtém-se através da fórmula  $R = \frac{C - (L + E \times 2 + 1)}{10}$  e será analisado em consonância com os dados normativos da população alvo.

#### 2.5. Trail Making Test (A e B)

O *Trail Making Test* (TMT A e B; Reitan, 1979; versão portuguesa de Cavaco et al., 2008, 2013) é um teste de dupla tarefa que permite avaliar não só a atenção dividida (i.e., a capacidade de prestar atenção a mais de um elemento em simultâneo), como outras funções cognitivas (Alberto, 2003). O TMT A avalia a atenção visual sustentada, a velocidade da coordenação olhomão e o processamento de informação. Já o TMT B avalia, ainda, a atenção dividida, a memória de trabalho e as funções executivas, particularmente, ao nível da capacidade de alternar entre categorias de estímulos, da flexibilidade cognitiva e da planificação (Cavaco et al., 2013). Na parte A, o sujeito tem de ligar, por meio de linhas, de forma contínua e por ordem crescente, 25 números (1 a 25) que se encontram distribuídos de forma aleatória numa folha. Na parte B, a tarefa é análoga à anterior, contudo, a ligação passa a ser realizada, alternadamente, entre números (1 a 13) e letras (A a M).

Relativamente à cotação, são consideradas quatro medidas possíveis, nomeadamente, o tempo (em segundos) de execução da parte A e da parte B e o número de erros cometidos em cada uma destas (Cavaco et al., 2008). Cavaco et al. (2013) referem, ainda, a possibilidade de utilizar os resultados derivados a partir dos seguintes índices: diferença (B - A), razão (B/A) e proporção (B - A/A). No presente estudo, será usado o índice de razão (B/A), pois, segundo Cavaco et al. (2013), este parece ser menos sensível às Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em

características sociodemográficas e ao impacto das características individuais na parte B, comparativamente aos restantes.

#### 2.6. Inventário Clínico de Autoconceito

O Inventário Clínico de Autoconceito (ICAC; Vaz Serra, 1986, 1995) permite avaliar os aspetos emocionais e sociais do autoconceito de sujeitos com 15 ou mais anos. Trata-se de um instrumento de autorresposta, constituído por 20 itens e cuja resposta se efetua em escala de tipo Likert de 5 pontos. Através do ICAC é possível efetuar o cálculo de um resultado global de autoconceito e de quatro fatores incluídos neste, nomeadamente: aceitação/rejeição social (*F1*), autoeficácia (*F2*), maturidade psicológica (*F3*) e impulsividade/atividade (*F4*).

O estudo de Vaz Serra (1986) indica que o ICAC apresenta uma consistência interna adequada (.79), bem como uma boa estabilidade temporal (.84).

#### 3. Procedimentos

Primeiramente, estabeleceu-se o contacto com o diretor de uma escola secundária, no sentido de explicitar os objetivos do estudo e as condições necessárias para o levar a cabo, bem como esclarecer possíveis questões e obter autorização para a realização do mesmo na instituição. Numa segunda fase, procedemos à seleção aleatória das turmas do ensino secundário regular (seis de 10° ano, quatro de 11° ano e cinco de 12° ano), através da extração de papéis (duas turmas por cada ano), a qual foi realizada pelo diretor.

Após a seleção, estabeleceu-se contacto com cada uma das turmas selecionadas e respetivos diretores de turma, por forma a explicitar os objetivos do estudo (apresentando-o como avaliação da memória, conforme Gudjonsson (1997)), pedir a colaboração dos alunos, esclarecer as suas dúvidas e entregar os pedidos de autorização dirigidos aos encarregados de educação<sup>6</sup>. É de referir que se esclareceu o facto de a participação ser voluntária, bem como que a confidencialidade e o anonimato estariam assegurados. A calendarização das sessões foi realizada de acordo com a ordem de receção das autorizações, assinadas pelos respetivos encarregados

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Cf. Anexo B, para a Autorização de Participação entregue aos encarregados de educação dos participantes.

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

de educação, e conforme a disponibilidade dos próprios alunos.

As sessões de recolha de dados foram realizadas de forma individual (condição necessária à aplicação do protocolo) e iniciavam-se com uma breve explicitação das mesmas. De seguida, era pedido ao aluno autorização para a gravação de partes da sessão (as quais correspondiam à tarefas de evocação da história da GSS1), que assinasse o consentimento informado a si destinado<sup>7</sup>, e eram, ainda, colocadas algumas questões de carácter sociodemográfico (e.g., idade e ano de escolaridade). Relativamente ao protocolo e, tendo em conta a necessidade de existir um intervalo temporal de cerca de 50 minutos entre as tarefas de evocação imediata e evocação diferida da GSS-1, os instrumentos acima apresentados foram aplicados nesse período de tempo e de forma a intercalar os instrumentos referentes às características psicossociais com as tarefas de caráter atencional. A ordem de aplicação dos instrumentos foi, então, a seguinte: (1) GSS-1 (Gudjonsson, 1984, 1997; versão portuguesa de Pires, 2011) – audição da história e tarefa de evocação imediata; (2) STAI-Y (Spielberger, 1983; versão portuguesa de Silva, 2003); (3) Teste de Barragem de Toulouse-Piéron (1904; versão portuguesa de Amaral, 1967); (4) EPQ (Eysenck & Eysenck, 1975; versão portuguesa por Fonseca, Eysenck & Simões, 1991); (5) TMT A e B (Reitan, 1979; versão portuguesa de Cavaco et al., 2008, 2013); (6) ICAC (Vaz Serra, 1986); (7) GSS-1 - tarefa de evocação diferida, primeira inquirição, transmissão de feedback negativo e segunda inquirição. Por fim, era concedido ao aluno um tempo para colocação de questões e era-lhe pedido que não partilhasse o conteúdo da sessão com os restantes colegas.

Dado que ambas as tarefas de evocação (imediata e diferida) foram gravadas, foi possível ter acesso ao horário de realização das mesmas, bem como ao intervalo de tempo decorrido entre ambas. Contrariamente ao que está estipulado, com nenhum dos participantes se conseguiu atingir exatamente os 50 minutos de intervalo entre as duas evocações da história da GSS-1, tendo-se obtido uma média de cerca de 31 minutos (M = 30.42; DP = 3.83; Min. = 25; Máx. = 41).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Cf. Anexo C, para o Consentimento Informado entregue aos participantes. Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

#### IV - Resultados

Os dados deste estudo foram analisados estatisticamente através do programa *IBM SPSS Statistics 25*.

### Impacto do tipo de questões sugestivas na sugestionabilidade interrogativa

De forma a avaliar a eficácia dos diferentes tipos de questões sugestivas presentes na GSS-1 ("afirmativas", "direcionadas" e "com afirmações falsas") na indução de sugestionabilidade interrogativa nos participantes, foi realizada uma análise de variância (ANOVA) unifatorial emparelhada para as medidas de *Cedência 1* e *Cedência 2*, um teste de Kruskal-Wallis para a medida de *Alteração*<sup>8</sup> e uma ANOVA unifatorial intersujeitos para a medida de *Sugestionabilidade Total*. Os resultados do primeiro procedimento encontram-se nas Tabelas 2 e 3, e dos restantes nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 2. Impacto do tipo de questões sugestivas na sugestionabilidade interrogativa (medida de *Cedência 1* da GSS-1)

Cedência 1		N	М	DP
Tipo de Questões	Questões Afirmativas	59	1.18	.919
	Questões Direcionadas	28	.56	.861
	Questões Alternativas Falsas	151	3.02	1.660
		gl	F	Sig.
Tipo de Questões	Huynh-Feldt	1.761	75.927	.000
Erro (Tipo de Questões)	Huynh-Feldt	86.295		
		Diferença média	Erro	Sig. <sup>b</sup>
Q. Afirmativas	Q. Direcionadas	.620°	.159	.001
	Q. Alternativas Falsas	-1.840 <sup>*</sup>	.227	.000
Q. Direcionadas	Q. Afirmativas	620 <sup>*</sup>	.159	.001
	Q. Alternativas Falsas	-2.460 <sup>*</sup>	.229	.000
Q. Alternativas Falsas	Q. Afirmativas	1.840 <sup>*</sup>	.227	.000
	Q. Direcionadas	2.460 <sup>*</sup>	.229	.000

 $<sup>^8</sup>$  Dado que o pressuposto de normalidade não foi cumprido para esta medida (p < .05), adotou-se a versão não-paramétrica da ANOVA unifatorial inter-sujeitos (cf. Tabela 13 no Anexo I).

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

Tabela 3. Impacto do tipo de questões sugestivas na sugestionabilidade interrogativa (medida de Cedência 2 da GSS-1)

•	•			
Cedência 2		N	М	DP
Tipos de Questões	Questões Afirmativas	71	1.42	1.071
	Questões Direcionadas	50	1.00	1.195
	Questões com Alternativas Falsas	163	3.26	1.827
		gl	F	Sig.
Tipo de Questões	Esfericidade considerada	2	62.377	.000
Erro (Tipo de Questões)	Esfericidade considerada	98		
		Diferença média	Erro	Sig. <sup>b</sup>
Q. Afirmativas	Q. Direcionadas	.420	.190	.092
	Q. Altern. Falsas	-1.840 <sup>*</sup>	.220	.000
Q. Direcionadas	Q. Afirmativas	420	.092	.092
	Q. Altern. Falsas	-2.260 <sup>*</sup>	.234	.000
Q. Altern. Falsas	Q. Afirmativas	1.840 <sup>*</sup>	.220	.000
	Q. Direcionadas	2.260°	.234	.000

<sup>\*</sup>A diferença média é significativa ao nível .05.

Como se pode observar, existe, de facto, um efeito do tipo de questão sobre a aceitação de sugestões respeitante à medida Cedência 1 da GSS-1  $[F(1.76, 86.30) = 75.93; p < .001]^9$ , bem como existem diferenças estatisticamente significativas entre todos os tipos de questões (p < .05).

O tipo de questões que mais impacto teve, na primeira inquirição, na indução de sugestionabilidade interrogativa, foi o tipo "com alternativas falsas" (M = 3.02; DP = 1.660)<sup>10</sup>. De seguida, surge o tipo questões "afirmativas" (M = 1.18; DP = .919) e, por fim, as questões "direcionadas" (M = .56; DP = .861). Relativamente às questões da GSS-1 em particular, as

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

b. Ajustamento Sidak para as comparações.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Através do teste de esfericidade de Mauchly, obervou-se que o pressuposto de esfericidade não era cumprido [W = 0.828; p = .011 (< .05)], pelo que se adotou a correção de Huynh-Feldt. Para informação mais completa, cf. Tabelas 8 e 9 no Anexo F.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Cf. Tabela 7 no Anexo E.

que mais induziram os participantes a ceder perante sugestão, na primeira inquirição, foram as questões n.º 19 ("os assaltantes estavam armados com facas ou pistolas?"; M = .70; DP = .463), n.º 15 ("os assaltantes eram altos ou baixos?"; M = .66; DP = .479) e as questões n.º 6 ("os assaltantes eram negros ou brancos?"; M = .62; DP = .490) e n.º 7 ("a senhora foi levada para o comando geral da polícia?"; M = .62; DP = .490).

Após a transmissão do feedback negativo, é também nas questões "com alternativas falsas" que os participantes parecem apresentar maior anuência à sugestão, ou seja, há um aumento de Cedência 2 (N = 163; M = 3.26; DP = 1.827) 11. É de salientar que, embora as questões "afirmativas" surjam novamente em segundo lugar, foi nas questões "direcionadas" que os sujeitos apresentaram o maior aumento de aceitação de sugestões da primeira para a segunda inquirição (cerca de 8%). De facto, na segunda inquirição, a diferença entre a admissão de informação sugestiva das questões "afirmativas" e a aceitação desse tipo de informação contida nas questões "direcionadas" deixou de ser estatisticamente significativa (p = .092). Ainda assim, o efeito do tipo de questão sobre *Cedência 2* manteve-se  $[F(2, 98) = 62.38, p < 0.001]^{12}$ e a diferença entre a anuência perante cada um destes dois tipos de questões e a aceitação de informação sugestiva nas questões "com alternativas falsas" permaneceu significativa (p < .001). No que diz respeito às questões em si, após o feedback negativo, foram as questões n.º 19 (M = .74; DP = .443) e n.º 6 (M = .68; DP = .471) as que mais se destacam na indução de sugestionabilidade interrogativa, seguidas da questão n.º 15 (M = .64; DP = .485) e n.º 2 (M = .62; DP = .490) – todas elas questões do tipo "com alternativas falsas".

Tabela 4. Impacto do tipo de questões sugestivas na sugestionabilidade interrogativa (medida de *Alteração* da GSS-1)

Alteração	Ν	М	DP
	50	3.50	2.859
	gl.	H de Kruskal-Wallis	Sig.
Questões Afirmativas	10	12.957	.226
Questões Direcionadas	10	14.718	.143
Questões com Alternativas Falsas	10	14.586	.148

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Cf. Tabela 10 no Anexo G.

<sup>12</sup> Para info mais completa cf. Tabelas 11 e 12 no Anexo H.

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

Tabela 5. Impacto do tipo de questões sugestivas na sugestionabilidade interrogativa (medida Sugestionabilidade Total da GSS-1)

Sugestionabilidade Total	N	М	DP
	50	8.26	4.374
	gl.	F	Sig.
Questões Afirmativas	3	.440	.727
Questões Direcionadas	4	1.341	.295
Questões Alternativas Falsas	5	7.345	.001*
Erro	17		

\*A diferença média é significativa ao nível .05.

Como observável na Tabela 4, nenhum dos tipos de questões sugestivas tem efeito sobre a mudança das respostas da primeira para a segunda inquirição (medida Alteração da GSS-1). No que diz respeito à Sugestionabilidade Total dos sujeitos, como se pode ver na Tabela 5, as questões "com alternativas falsas" têm impacto estatisticamente significativo  $[F(5, 17) = 7.345, p = 0.001]^{13}$ . O teste post-hoc de Tukey<sup>14</sup> foi utilizado no sentido de averiguar onde surgem essas diferenças tendo revelado que: (1) o grupo de sujeitos que não aceita a informação sugestiva em qualquer questão deste tipo ("com alternativas falsas") difere daqueles que admitem essa informação em duas ou mais destas questões; (2) o grupo de sujeitos que anui perante apenas uma questão deste tipo difere daqueles que admitem informação sugestiva de três ou mais destas questões; (3) o grupo de sujeitos que cede a duas questões deste tipo difere apenas daqueles que incorrem na informação sugestiva contida em todas estas questões; (4) o grupo de sujeitos que é enganado perante três ou quatro questões difere daqueles que não cedem a nenhuma ou apenas a uma questão este tipo; (5) e o grupo de sujeitos que cede à totalidade das questões "com alternativas falsas" difere daqueles que não cedem a nenhuma destas questões, que cedem a apenas uma ou que cedem a duas destas questões.

#### 2. Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e fatores

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Para informação adicional, cf. Tabelas 13, 14, 15 e 16 do Anexo I.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Cf. Tabela 17 no Anexo J.

#### cognitivos

No sentido de compreender se o desempenho a nível mnésico, bem como atencional, se encontram relacionados com a sugestionabilidade interrogativa e quais as características dessas possíveis relações, procedeu-se ao cálculo das correlações, primeiramente, entre os resultados obtidos nas medidas de sugestionabilidade interrogativa (Cedência 1, Cedência 2, Alteração e Sugestionabilidade Total) e os resultados obtidos nas medidas de memória (Evocação Imediata, Evocação Diferida e Total de Confabulação) da GSS-1 e, em segundo lugar, entre os resultados obtidos nas medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 e os resultados dos várias índices das tarefas atencionais (TMT B/A, C, L, E e R). Ainda que, na generalidade, todas as medidas a relacionar cumpram os pressupostos de linearidade e homocedasticidade necessários ao cálculo da correlação, apenas a medida de Sugestionabilidade Total cumpre o pré-requisito de apresentar uma distribuição normal  $[p = .096 (> .05)]^{15}$ . Assim sendo, nas correlações a calcular com esta medida recorreu-se ao r de Pearson, enquanto para as restantes medidas (Cedência 1, Cedência 2 e Alteração) calculou-se o índice não-paramétrico correspondente:  $\rho$  de Spearman. Enquanto medida de significância estatística, foi considerado o valor de p < .05 (Pallant, 2005).

## 2.1. Correlação entre sugestionabildiade interrogativa e memória

De um modo geral, as correlações obtidas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e as medidas de memória apresentaram sentido negativo  $^{16}$ . Relativamente à Evocação Imediata, esta apresenta uma correlação negativa aceitável com a medida de  $Cedência\ 1\ (\rho(50) = -.301, p = .034)$ , bem como com a medida de  $Cedência\ 2\ (\rho(50) = -.302, p = .033)$ , as quais são as únicas significativas a nível estatístico. No que concerne à Evocação Diferida, a correlação com a medida de  $Sugestionabilidade\ Total$ , mostrou-se pobre, ainda que próxima do considerado aceitável (r(48) = -.292, p = .040). As correlações com as medidas de  $Cedência\ 1\ (\rho(50) = -.358, p = .011)$  e de  $Cedência\ 2\ (\rho(50) = -.373, p = .008)$  revelaram-se aceitáveis (perto de um nível moderado).

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Cf. Tabela 18 no Anexo K.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Cf. Tabela 19 no Anexo K.

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

No que diz respeito ao Total de Confabulação, nenhuma das correlações com as medidas de sugestionabilidade interrogativa é significativa do ponto de vista estatístico.

## 2.2. Correlação entre sugestionabildiade interrogativa e atenção

As correlações obtidas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e os índices de atenção apresentam sentido negativo, exceto no índice E (erros)<sup>17</sup>. Além disso, é de referir que nenhuma das correlações entre estas variáveis alcança significância estatística.

## Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e fatores psicossociais

De forma a compreender se os fatores psicossociais avaliados neste estudo se encontram, de alguma forma, relacionados com a sugestionabilidade interrogativa, procedeu-se ao cálculo das correlações entre os resultados obtidos nas medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 (Cedência 1, Cedência 2, Alteração e Sugestionabilidade Total) e os resultados obtidos noutros instrumentos de avaliação do nível da ansiedade (YI e Y2), do autoconceito (F1, F2, F3, F4 e Autoconceito Total) e da personalidade (N e L). Como supramencionado, apenas a medida de Sugestionabilidade Total cumpre o pré-requisito de normalidade, pelo que, nas correlações a calcular com essa medida recorreu-se ao r de Pearson e, para as restantes medidas (Cedência 1, Cedência 2 e Alteração), recorreu-se ao  $\rho$  de Spearman. Também neste caso foi considerado o valor de p < .05 como medida de significância estatística (Pallant, 2005).

# 3.1. Correlações da sugestionabilidade interrogativa com a ansiedade, o autoconceito, neuroticismo e desejabilidade social

A grande maioria das correlações obtidas entre a variável sugestionabilidade interrogativa e ansiedade é de carácter positivo, no entanto, nenhuma destas se revela estatisticamente significativa<sup>18</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Cf. Tabelas 20 e 21 no Anexo L.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Cf. Tabela 22 e 23 no Anexo M.

De um modo geral, as correlações obtidas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e os índices de autoconceito são de carácter negativo<sup>19</sup>, ainda que existam algumas exceções a esta tendência. Não obstante, de entre todas as correlações, nenhuma apresenta significância estatística.

Todas as correlações obtidas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e a variável neuroticismo apresentam uma magnitude fraca de sentido positivo<sup>20</sup>. Entre estas, destaca-se a correlação com a medida de *Cedência 1*, por ser a única estatisticamente significativa e por apresentar uma magnitude perto de ser considerada aceitável ( $\rho(50) = .292$ , p = .039).

#### V - Discussão

Desde o início do séc. XX que a investigação acerca da sugestionabilidade interrogativa aponta para o facto de diversos fatores poderem influenciar e/ou alterar o relato de eventos testemunhados pelos indivíduos, nomeadamente, as questões colocadas de forma sugestiva (Binet, 1900 como citado em Gudjonsson, 2003; Lipmann, 1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993; Stern, 1910; Varendonck, 1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993). Na década de 70, Loftus (1974, 1975) estabeleceu que as questões sugestivas e, em particular, a composição textual das mesmas têm influência nos relatos de testemunhas, uma vez que introduzem nova informação na memória destas e, por sua vez, a alteram. Na década de 90, Endres (1997) distinguiu e identificou diferentes tipos de questões sugestivas, atribuindo-lhes o grau de sugestividade (baixo, moderado ou alto) que, teoricamente, teriam. Contudo, são poucos os estudos que se debruçam na compreensão do impacto que este tipo de questões pode ter e/ou tem na sugestionabilidade interrogativa dos sujeitos (exceção para os estudos de Gee, Gregory & Pipe, 1999 como citado em Sharman & Powell, 2012; e de Sharman & Powell, 2012).

Assim, o presente estudo foi concebido no sentido de averiguar se os tipos de questões sugestivas incluídos na Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson-1 (GSS-1; Gudjonsson, 1997; versão portugesa de Pires, 2011) têm influência diferenciada sobre a sugestionabilidade interrogativa dos

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Cf. Tabelas 24 e 25 do Anexo N.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Cf. Tabelas 26 e 27 do Anexo O.

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

indivíduos (em particular, estudantes do ensino secundário) e, se sim, qual é o tipo mais eficaz na indução da mesma — isto é, qual é o que desencadeia maior aceitação de sugestão por parte do sujeito. Ademais, procurou-se compreender a relação entre a sugestionabilidade interrogativa e variáveis quer cognitivas (memória e atenção), quer psicossociais (ansiedade, autoconceito, neuroticismo e desejabilidade social), uma vez que a investigação tem vindo a indicar uma associação entre estas (Ceci & Bruck, 1993; Gudjonsson, 2003; Pires et al., 2013b; Pires et al., 2017. Ridley, 2013; Ridley & Gudjonsson, 2013).

Considerando a primeira e principal hipótese deste estudo, previa-se que o tipo de questões sugestivas com maior eficácia na indução de sugestionabilidade interrogativa seriam as "questões com alternativas falsas", pelas razões a seguir retomadas. Primeiramente, por limitarem o número de alternativas de resposta a duas alternativas fechadas, transmitindo, ao sujeito interrogado, que outras opções, distintas das apresentadas, não seriam aceites (Endres, 1997). Em segundo lugar, pelo facto de as duas alternativas fornecidas serem igualmente erradas (Gudjonsson, 1997). E, em terceiro, porque a resposta a este tipo de questão, exige que o sujeito rejeite expressamente ambas as opções fornecidas – tarefa esta que é dificultada pelo poder exercido por figuras de autoridade (e.g., polícia, magistrado, investigador) e/ou por dificuldade em justificar/articular uma refutação (Dent & Stephenson, 1979 como citado em Sharman & Powell, 2012). Esta hipótese baseia-se, ainda, na atribuição de um grau de sugestividade alta, considerada por Endres (1997), a este género de questões, e nos estudos de Gee, Gregory e Pipe (1999 como citado em Sharman & Powell, 2012) e Sharman e Powell (2012), que revelam que as questões fechadas tendem a induzir mais erros no relato de sujeitos.

Efetivamente, verificou-se que o tipo de questões sugestivas da GSS-1 que exerce maior influência na aceitação da informação incorreta por parte dos sujeitos deste estudo (ver Tabelas 7 e 10), sendo mais eficaz na indução de sugestionabilidade interrogativa, é o tipo "com alternativas falsas" (ver Tabela 2 e 3). Adicionalmente, é previsível que a eficácia deste tipo de questões aumente conforme a firmeza de conduta do interrogador, uma vez que: (1) já foi mostrado que um estilo de comportamento "firme", por parte do entrevistador, tem influência na alteração das respostas subsequentes do

sujeito entrevistado (Baxter, Boon & Marley, 2006); (2) este tipo de conduta faz aumentar o poder exercido pela figura de autoridade e, consequentemente, a dificuldade em contradizê-la. A percentagem de aceitação das sugestões presentes nas questões "com alternativas falsas" aumentou cerca de 5% da primeira para a segunda inquirição, com a transmissão de *feedback* negativo (ver Tabelas 7 e 10).

Não obstante, é de realçar que, embora o impacto dos restantes tipos de questões sugestivas ("afirmativas" e "direcionadas") seja menor que o tipo "com alternativas falsas", este não deixa de ser significativo (ver Tabelas 2 e 3). Além disso, este estudo indica que a comunicação de *feedback* negativo potencia a anuência à informação sugestiva em todos os tipos de questões sugestivas presentes na GSS-1 (ver Tabelas 7 e 10), em especial, nas questões "direcionadas" (com um aumento de cerca de 8%) — talvez porque, nestas últimas (trata-se de questões que contêm sugestões prováveis e/ou lógicas), o *feedback* negativo faça o sujeito focar a sua atenção nas respostas que, nesta situação, fariam sentido ser dadas e/ou que vão ao encontro daquilo que o entrevistador espera e, por sua vez, leva a aceitar a lógica presente nelas.

O tipo de questão "com alternativas falsas" parece não ter influência na mudança das respostas (medida *Alteração*) dos sujeitos da primeira para a segunda inquirição (ver Tabela 4) – tal como indicado por Baxter, Charles, Martin e McGroarty (2013) para as questões sugestivas em geral –, no entanto, gera diferenças significativas ao nível da *Sugestionabilidade Total* (ver Tabelas 5 e 17). Este resultado é compreensível, primeiramente, porque este é o tipo de questão que mais influência tem na indução de sugestionabilidade interrogativa em ambas as inquirições, não apresentando um aumento significativo de uma para a outra, pelo que não poderá refletir grandes diferenças ao nível da mudança de resposta; e, em segundo lugar, porque a medida *Sugestionabilidade Total* é a soma entre as medidas *Cedência 1* e *Alteração* e, portanto, se existe um efeito estatisticamente significativo deste tipo de questão na medida *Cedência 1*, é natural que este se manifeste também na medida *Sugestionabilidade Total*.

A segunda hipótese previa, tendo em conta a literatura (Gudjonsson, 2003; Pires et al., 2017; Ridley & Gudjonsson, 2013; Saraiva, 2012), uma correlação negativa entre o desempenho mnésico e a sugestionabilidade interrogativa. Os resultados deste estudo corroboram esta tendência (ver

Tabela 19). De um modo geral, as correlações entre os resultados da tarefa de evocação diferida e as medidas de sugestionabilidade interrogativa são de maior magnitude do que as correlações entre estas últimas e os desempenhos na tarefa de evocação imediata. Tal, pode dever-se (1) à possibilidade de, como sugerido por Binet (1900 como citado em Ceci & Bruck, 1993) e Lipmann (1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993), o intervalo de retenção ter originado lacunas na memória dos participantes, contribuindo para maior aceitação informação sugestiva e, consequentemente, sugestionabilidade interrogativa; e (2) ao facto de, numa tarefa de evocação diferida – por ocorrer após um intervalo de tempo ocupado com tarefas distrativas -, ser mais exigente recordar as informações originais. Neste seguimento, é de mencionar a conceção de Gudjonsson (2003), a qual refere que, quanto mais rapidamente a memória do indivíduo se deteriora no intervalo entre as tarefas de evocação, mais este tende a ser sugestionável. Ademais, a correlação entre os resultados da tarefa de evocação diferida e a medida Cedência 2 é significativa (p < .01), o que pode indicar que a passagem de tempo (por tornar a memória mais vulnerável à perda ou esquecimento de informação) aliada ao feedback negativo, tem ainda mais impacto no aumento da anuência a sugestões. Outro caso a ter atenção neste quesito é o de a medida Alteração ser a única medida de sugestionabilidade interrogativa a apresentar correlações não significativas e muito fracas com as tarefas de evocação. No entanto, como Ridley e Gudjonsson (2013) indicam, tal pode dever-se ao facto de esta medida ser a que mais se relaciona com fatores psicossociais. Nenhuma das correlações obtidas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e o Total de Confabulação apresentou significância a nível estatístico (ver Tabela 19). Todavia, é de realçar que a correlação entre este indicador e a medida Cedência 1 é de maior magnitude do que a sua correlação com a medida Cedência 2, o que pode dever-se à associação entre a medida de *Cedência 1* e a memória, mencionada por Ridley e Gudjonsson (2013) – no sentido em que, numa primeira inquirição, os sujeitos parecem apoiar-se mais na sua memória (incluindo, nas confabulações nela criadas). Adicionalmente, destaque para a correlação entre o Total de Confabulação e a medida Alteração se tratar de um valor positivo, pois pode indicar que, quanto maior a tendência do sujeito para confabulações maior poderá ser a probabilidade de aceitar informação enganosa e alterar a

sua versão dos factos – tal como assinalado por Bartlett (1932 como citado em Ridley, 2013). Este pensamento poderá, igualmente, ir ao encontro da ideia de Howe (1991 como citado em Cunha, 2010) e da conceção de Gudjonsson (2003) mencionada acima, na medida em que uma menor força do traço mnésico – seja pela passagem de tempo ou pela rápida deterioração da memória e/ou pela tendência à confabulação – torna o individuo mais suscetível às intrusões externas, por sua vez, mais vulnerável à alteração da sua memória e, em última análise, mais sugestionável.

Com base nos trabalhos de Binet (1900 como citado em Ridley, 2013), Lipmann (1911 como citado em Ridley, 2013), Umanath et al. (2019) e Gudjonsson et al. (2007), a terceira hipótese deste estudo antecipava que resultados baixos nas tarefas atencionais estariam associados a maior vulnerabilidade à sugestão, uma vez que a atenção é "um dos processos base do funcionamento cognitivo, que faz a ligação entre perceção e tratamento de informação" (Alberto, 2003, p. 241). Na generalidade, os resultados obtidos, ainda que apresentem magnitudes pobres e não sejam significativos a nível estatístico, tendem a confirmar esta relação negativa (ver Tabela 21). De referir que a não significância estatística leva a que não se devam, com base nos resultados do presente estudo, estabelecer inferências. No entanto, notese que segundo Umanath et al. (2019), a informação contraditória e a informação adicional são processadas de forma diferente, sendo que, poucos recursos atencionais, aquando da exposição à desinformação, apenas reduzem a capacidade de deteção de erros contraditórios – uma vez que, mais do que identificar informação nova, esta envolve um processo de deteção da discrepância (processo cognitivo mencionado por Powers et al. (1979 como citado em Gudjonsson, 2003) na abordagem experimental sugestionabilidade interrogativa). De facto, as correlações negativas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e os resultados dos índices TMT B/A, C e R (medidas de atenção) e as correlações positivas das primeiras com os resultados dos índices L (medida de desatenção) e E (medida de impulsividade), indicam que, quanto menos atento se encontrar o indivíduo, menos será capaz de detetar a discrepância da informação (original vs. sugestiva) e mais sugestionável se tornará. Talvez também por isso, os sujeitos aceitem mais facilmente a informação sugestiva presente nas questões "afirmativas" (ver Tabela 7) – a qual é contraditória com a original – do que

a incluída nas questões "direcionadas" – na qual são introduzidas novas ideias que, apesar de fazerem sentido, não estavam presentes na história original. Adicionalmente, as correlações fracas obtidas entre a variável atenção e a sugestionabilidade interrogativa podem não estar totalmente relacionadas com uma verdadeira falta de atenção por parte dos participantes. Tendo como exemplo o Teste de Barragem de Toulouse-Piéron, imaginemos o seguinte cenário: o sujeito estabelece como objetivo da tarefa alcançar o maior número de linhas e/ou sinais, ao invés de se focar na sinalização correta destes. Transpondo este cenário, os participantes estariam na verdade atentos às tarefas, pelo que poderiam ter sido capazes de detetar algumas das sugestões presentes nas questões. Todavia, essa atenção não se refletiu nos resultados das tarefas atencionais, nos quais os sujeitos - por terem outro objetivo que não a correta sinalização dos sinais – acabaram por apresentar desempenhos inferiores àqueles de que seriam capazes. Assim sendo, nem todos os resultados baixos ao nível da atenção estariam associados a sugestionabilidade interrogativa elevada, o que tornou a relação entre estas duas variáveis mais fraca do que o esperado. Ainda outro aspeto a realçar, é o facto de as correlações entre os resultados do índice E (erros) e as medidas de sugestionabilidade interrogativa serem todas de carácter positivo (ver Tabela 21). Sendo este índice uma medida de impulsividade, é compreensível que indivíduos mais impulsivos, por ponderarem menos as suas ações e decisões, se tornem mais suscetíveis à aceitação e, consequente, cedência às sugestões. Porém, mantém-se a ressalva acima acerca da não observação de significância estatística dos resultados obtidos.

A investigação relativa à relação entre a ansiedade e a sugestionabilidade interrogativa não tem obtido resultados consonantes, havendo, inclusive, estudos que indicam que não parece existir qualquer relação entre ambas. Segundo Gudjonsson (2003; Pires et al., 2017), tal ocorre, em primeiro lugar, porque, o constructo que tem realmente importância para a sugestionabilidade interrogativa é a ansiedade-estado (como resultado da pressão vivida durante o contexto de interrogatório) e, em segundo, porque, o STAI-Y (Spielberger, 1983; instrumento habitualmente usado para avaliação da ansiedade nestes estudos) tende a ser aplicado após a tarefa de evocação imediata, mas antes das inquirições e da transmissão do *feedback* negativo, acabando por não avaliar a influência real da pressão

interrogativa. Dado que, neste estudo, o STAI-Y também foi aplicado antes da colocação das questões sugestivas e da transmissão do feedback negativo (e, portanto, não se obteriam correlações com a ansiedade-estado que pudessem ser um reflexo do contexto de interrogatório na vida real), estabeleceu-se como quarta hipótese a obtenção de uma correlação positiva entre a variável ansiedade-traço e a sugestionabilidade interrogativa traduzindo que indivíduos com maior predisposição para experienciar ansiedade seriam mais suscetíveis à sugestão. Tal como no estudo de Pires et al. (2013b), nenhum dos resultados obtidos é estatisticamente significativo (ver Tabela 23), o que é consistente com a ideia de existir uma relação fraca entre a variável ansiedade e a sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2003; Polczyk, 2005). Todavia, os resultados parecem ir ao encontro da tendência prevista. Ademais, são de realçar dois aspetos: (1) a magnitude da correlação entre a medida Cedência 1 e a ansiedade-estado é maior do que com a ansiedade-traço; e (2) a correlação entre a medida Cedência 2 e a ansiedade-traço é a única de carácter negativo. Estes resultados parecem indicar, com cautela, que, por um lado, a ansiedade sentida em contexto de interrogatório (e não só a decorrente do feedback negativo) pode influenciar a forma como o sujeito lida com as questões sugestivas; e que, por outro lado, nos sujeitos com tendência para experienciar ansiedade (maior ansiedadetraço), o feedback negativo pode ter um efeito contrário ao considerado por Drake (2014), ativando um maior sentido crítico e gerando, por sua vez, menor vulnerabilidade à sugestão.

A quinta hipótese deste estudo estabelece que indivíduos com níveis de autoconceito mais baixos tendem a ser mais vulneráveis à sugestão e, de um modo geral, ainda que nenhum dos resultados obtidos tenha significância estatística, estes parecem ir ao encontro da tendência para uma correlação de carácter negativo entre estas duas variáveis (ver Tabela 25). Relativamente ao índice *Autoconceito Total*, este apresenta uma correlação com a medida *Cedência 1* de maior magnitude comparativamente com as restantes, o que possivelmente indica, concordante ao defendido por Bain et al. (2015), que uma perceção geral da autoestima tende a estar inversamente relacionada com a suscetibilidade de cedência às questões sugestivas. Por outro lado, o *Fator 2* (autoeficácia) e *Fator 3* (maturidade psicológica) registam correlações de maior magnitude com a medida *Cedência 2*, resultados estes que se poderiam

apresentar como congruentes com a ideia de Peiffer e Trull (2000) - sobre a sugestionabilidade interrogativa estar mais relacionada com facetas do autoconceito referentes à competência –, no sentido em que, se o sujeito confia pouco nas suas perceções/opiniões e se vê como menos capaz, o feedback negativo fará com que duvide ainda mais das suas competências e acredite que quem o transmitiu é mais confiável, tornando-se, assim, mais provável que aceite as sugestões fornecidas por esta pessoa. Além disso, estes resultados ainda parecem estar de acordo com o próprio modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003; Pires et al., 2017) que estabelece, em primeiro lugar, que a sugestionabilidade interrogativa tem como pré-requisito as expectativas relacionadas com a prestação de bom desempenho, e, em segundo lugar, que, quando o feedback negativo é aceite, desencadeia uma diminuição da autoestima do sujeito, a qual interfere com o seu processamento cognitivo e poderá intensificar a sua vulnerabilidade à sugestão. Em suma, quanto menor a autoestima (enquanto parte integrante do autoconceito relacionada com a competência) do sujeito - ou seja, quanto menos este se percecionar como capaz de enfrentar dificuldades e problemas, bem como de confiar e assumir as suas próprias opiniões – mais vulnerável se poderá tornar à sugestão, vulnerabilidade essa que é potenciada pelo feedback negativo. De novo, sublinha-se que a obtenção de resultados que não atinjam o limiar de significância estatística não autoriza o estabelecimento confiável de ilações. É de referir também que os resultados obtidos podem não ter sido significativos, em virtude de o nível de pressão interrogativa aplicado na GSS-1 não ser o suficiente para afetar substancialmente o desempenho dos indivíduos com baixa autoestima, tal como mencionado por Bain et al. (2015).

A investigação tem vindo a indicar alguma independência entre traços de personalidade e sugestionabilidade interrogativa (Haraldsson, 1985 como citado em Gudjonsson, 2003; Liebman et al., 2002; Polczyk, 2005; Pires et al., 2013b; Pires et al., 2017). Todavia, estipulou-se como sexta hipótese deste estudo a obtenção de uma correlação positiva entre a variável neuroticismo e a sugestionabilidade interrogativa. Embora as correlações obtidas apresentem magnitude pobre, estas parecem ir ao encontro da suposição estabelecida (ver Tabela 27). É de destacar a correlação entre o neuroticismo e a medida *Cedência 1*, visto ter sido a única estatisticamente significativa – indicando uma influência particular do neuroticismo na aceitação da desinformação

presente nas questões sugestivas, numa primeira inquirição. Não obstante, é também de realçar o facto de a correlação entre o neuroticismo e a medida Cedência 2 ser, entre todas, a de menor magnitude. Este resultado pode indicar a possibilidade de o feedback negativo acionar maior ponderação, relativamente às respostas dadas, nos sujeitos com maiores níveis de neuroticismo – ideia congruente com a correlação obtida entre a ansiedadetraço e a medida Cedência 2. A conceção de que indivíduos com maior ansiedade-traço e maior neuroticismo se poderem tornar mais críticos e menos vulneráveis à sugestão, após o feedback negativo, é concordante não só com o próprio modelo conceptual de Gudjonsson e Clark (1986 como citado por Gudjonsson, 2003) – que estabelece a dependência da sugestionabilidade interrogativa para com as estratégias de coping adotadas pelo individuo –, mas também com a teoria de Gudjonsson (2003) – que considera que as medidas Alteração e Cedência 2 estão mais ligadas à ansiedade e às estratégias de coping adotadas pelo sujeito – e o trabalho de Pires et al. (2013a) – que menciona que as diferenças individuais ao nível da sugestionabilidade interrogativa também se relacionam com os estilos de pensamento e de comportamento adotados pelos sujeitos. Resumindo, poderá existir influência do neuroticismo (e, quiçá, da ansiedade) na cedência às questões sugestivas por parte do sujeito, contudo, após a transmissão do feedback negativo, essa influência poderá deixar de ser tão linear. Se, por um lado, este tipo de feedback pode contribuir para interpretações negativas da situação, dúvidas e sentimentos negativos, aumentando a vulnerabilidade do sujeito à sugestão, por outro, pode tornar o sujeito mais crítico, objetivo e atento, auxiliando na deteção da discrepância e diminuindo a sua cedência às sugestões. É neste momento que as estratégias de coping adotadas pelo sujeito parecem desempenhar um papel crucial.

A última hipótese deste estudo pressupõe que sujeitos que apresentam maior tendência para a desejabilidade social são mais vulneráveis à sugestão, obtendo-se uma correlação positiva entre este constructo e a sugestionabilidade interrogativa. Contrariamente ao que a investigação tem vindo a indicar (Ceci & Bruck, 1993; Haraldsson, 1985 como citado em Gudjonsson, 2003; Pires et al., 2013a; Polczyk, 2005; Richardson & Kelly, 2004), neste estudo, a desejabilidade social obteve correlações de carácter negativo (e estatisticamente não significativo) com todas as medidas de

sugestionabilidade interrogativa (ver Tabela 27). Grande parte da amostra (72%; ver Tabela 28 do Anexo P) não apresenta valores acima do considerado normativo na variável desejabilidade social, tendo em conta as normas para a sua faixa etária [pontuação acima de 11.75 para o sexo masculino (M = 8.11; DP = 3.64) e pontuação acima de 12.25 para o sexo feminino (M = 8.43; DP= 3.82), tendo sido adotado como referência, para um valor acima da média, os 12 pontos]. Tal indica que a maioria dos participantes não estaria a apresentar uma imagem de si desproporcional (a nível positivo) à "real", pelo que estes ter-se-iam mantido fiéis à imagem que têm de si, até ao fim da sessão. Por conseguinte, o facto de as correlações entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade interrogativa apresentarem uma magnitude fraca e um carácter negativo (ao invés de um valor nulo), é congruente com as relações obtidas entre o autoconceito e a sugestionabilidade interrogativa, na medida em que, se os sujeitos apresentam uma autoestima relativamente mais baixa, têm uma imagem menos positiva de si próprios, acreditam que são pouco capazes e, portanto, ao serem fiéis a essa imagem, serão mais sugestionáveis.

É imperativo identificar as limitações do presente estudo, inclusive, para que sejam tidas em conta em investigações futuras. Em primeiro lugar, referir a utilização equivocada do Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ; Eysenck & Eysenck, 1975; versão portuguesa por Fonseca et al., 1991) ao invés do Questionário de Personalidade de Eysenck - Versão Revista (EPQ-R; Eysenck & Eysenck, 1994; versão portuguesa por Almiro & Simões, 2013), uma vez que esta última contém revisões na sua composição geral e na escala P e se trata, assim, da versão mais atualizada deste questionário. De qualquer forma, em estudos futuros, talvez fosse mais vantajoso o uso de um instrumento de avaliação da personalidade como o Inventário de Personalidade NEO – Forma Revista (NEO-PI-R; Costa & McCrae, 1992; versão portuguesa por Lima & Simões, 2000) – se se tratar de uma amostra com idades a partir dos 17 anos – ou o Questionário de Personalidade 16PF-5 (Cattell & Cattell, 1995) – que é possível aplicar também a adolescentes. Especialmente, o primeiro, por permitir avaliar a personalidade não só a nível global (através de 5 dimensões), mas também de maneira detalhada (a partir de 6 facetas por cada dimensão), e por apresentar boas qualidades psicométricas. O segundo, por permitir avaliar a personalidade a partir de 16 fatores primários e 5 fatores globais, por conter três índices que controlam a validade das respostas (nomeadamente, ao nível da desejabilidade social e da aquiescência) e por ter um tempo de aplicação de cerca de 40 minutos.

Uma segunda limitação deste estudo, concerne ao, já referido, não cumprimento do intervalo de 50 minutos entre as tarefas de evocação da história da GSS-1, tendo-se atingido apenas uma média de cerca de 31 minutos (M = 30.42; DP = 3.83; Min. = 25; Máx. = 41). Este facto pode ter influenciado os resultados referentes à relação entre o desempenho mnésico e a sugestionabilidade interrogativa dos sujeitos, tornando-a mais fraca. Porém, no próprio manual da GSS está também prevista a não inclusão do intervalo de retenção. Em investigações futuras, consideramos que será de grande importância, não só a inclusão deste intervalo, mas também procurar adotar condições experimentais capazes de representar uma situação da vida real – dada a duração, frequentemente, extensa dos processos judiciais e o que esta pode implicar na memória e na sugestionabilidade interrogativa dos envolvidos.

No futuro, poderá ser igualmente relevante procurar compreender qual o impacto do tipo de questões sugestivas (presentes na GSS-1 e na GSS-2) na suscetibilidade à sugestão, especialmente, numa amostra representativa da população jovem estudantil e em indivíduos com outras características — nomeadamente, diferentes faixas etárias (e.g., crianças, adolescentes, idosos, adultos), diferentes níveis de escolaridade (e.g., ensino básico, ensino superior) e amostras forenses (e.g., jovens delinquentes, população prisional, vítimas). Além disso, seria interessante explorar a relação entre a sugestionabilidade interrogativa e outras variáveis que não as mais comummente avaliadas, e.g., impulsividade, autocontrolo, psicopatia, narcisismo, assertividade, empatia, complacência, etc.

O modelo teórico da sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) estabelece a dependência desta para com as estratégias de *coping* adotadas pelos sujeitos e os estudos realizados até ao momento têm relevado esse facto, bem como apontado para a influência que estas últimas podem ter na relação da sugestionabilidade interrogativa com outras variáveis (e.g., neuroticismo e autoestima). Poderá ainda ser importante que a investigação nesta área se foque, igualmente, na relação entre a sugestionabilidade interrogativa e várias formas de psicopatologia, visto que esta última tende a estar associada a estratégias de

coping mal-adaptativas (Ponizovsky et al, 2013; Pozzi et al, 2015) – as quais poderão tornar o individuo mais vulnerável às questões sugestivas. Por conseguinte, sabendo que as estratégias de *coping* adotadas, após uma experiência traumática, podem ter influência na gestão de várias áreas da vida e no ajustamento psicossocial da pessoa traumatizada (Maia, Sendas, Lopes, & Mendes, 2016) e que, em alguns casos, um crime implica isso mesmo – uma vítima que passou por uma experiência negativa marcante –, também seria interessante avaliar a relação entre a sugestionabilidade interrogativa e o trauma. Será que uma pessoa vítima, ao estar profundamente afetada emocionalmente (fator que pode afetar, por exemplo, a sua capacidade mnésica e de vigília – variáveis estas já reportadas na literatura como relacionadas com as falsas confissões e a vulnerabilidade à sugestão), se torna mais sugestionável?

A finalizar a discussão dos resultados obtidos neste estudo, não se poderia deixar de mencionar as implicações e reflexões que este viabiliza, particularmente no que diz respeito ao estilo de questionamento. Embora o impacto das questões fechadas (neste caso, das "questões com alternativas falsas") seja entre duas e três vezes maior que os restantes tipos de questões sugestivas (e.g., "afirmativas" e "direcionadas"), o foco desta temática não poderá ser exclusivo das primeiras. Isto porque, como supramencionado, o efeito das questões "afirmativas" e "direcionadas" é, por si só, significativo e, além disso, aumenta com a transmissão de feedback negativo. Ademais, a investigação tem vindo a apontar que as questões abertas, permitindo uma evocação livre e espontânea, parecem ser as mais vantajosas e aquelas que aumentam precisão informação obtida, meio interrogatório/entrevista (Binet, 1900 como citado em Ridley, 2013; Krahenbul & Blades, 2006; Stern, 1910; Varendonck, 1911 como citado em Ridley, 2013; Sharman & Powell, 2012; Ridley, 2013). Assim sendo, tornase relevante e necessário que os profissionais com responsabilidade interrogativa (e.g., magistrados e agentes policiais) recebam formação específica no âmbito desta temática - tomando particular conhecimento das consequências de adotar um estilo de questionamento sugestivo e de possíveis métodos de inquirição científicos não sugestivos que permitam obter a "verdade" de forma adequada. De igual forma, será oportuno que os interrogatórios ou entrevistas no âmbito forense passem a ser regidos por uma regulamentação congruente com estes aspetos. Complementarmente, poderá ser determinante a obrigatoriedade (seja esta da responsabilidade dos próprios magistrados, dos agentes policiais e/ou de outra pessoa designada pra tal) de transmitir à pessoa interrogada que não é lhe é exigido que saiba e/ou forneça uma resposta – tal como lhe é informado que pode remeter-se ao silêncio. Isto porque, alguns participantes não compreenderam e/ou ponderaram a possibilidade de responder "não sei" ou "não foi referido" às questões e, porque, no contexto real de um interrogatório e/ou processo judicial, a pressão resultante desta ideia – fornecer uma resposta é condição obrigatória num interrogatório – será ainda maior (por estar associada ao poder exercido por figura de autoridade). Finalmente, será benéfico que um órgão prédeterminado (e.g., Ministério da Justiça) realize uma fiscalização contínua, de modo a certificar-se que as diretrizes estipuladas são respeitadas.

Embora alguns dos resultados obtidos não tenham alcançado significância a nível estatístico (situação ocorrida sobretudo na análise de correlações), este estudo pode vir a ser o início do entendimento relativamente ao impacto das questões sugestivas sobre a suscetibilidade dos sujeitos cederem perante sugestões e, nesta medida, constituir um contributo para a investigação no domínio dos testemunhos e das falsas confissões.

#### Conclusões

O presente estudo foi projetado para avaliar o impacto de diferentes tipos de questões sugestivas na indução de sugestionabilidade interrogativa, particularmente em estudantes de ensino secundário. Neste sentido, o propósito principal do mesmo consistiu em verificar se os tipos de questões sugestivas presentes na GSS-1 (Gudjonsson, 1997; versão portugesa de Pires, 2011) — nomeadamente, as questões "afirmativas", "direcionadas" e "com alternativas falsas" — interferem de forma distinta na sugestionabilidade interrogativa dos participantes, bem como qual desses três tipos suscita, nestes últimos, maior anuência à sugestão. Complementarmente, procurou-se analisar a correlação entre a sugestionabilidade interrogativa e as variáveis memória, atenção, ansiedade, autoconceito, neuroticismo e desejabilidade social e, portanto, a possível associação destas com a vulnerabilidade dos sujeitos à aceitação de informação sugestiva.

Verificou-se que o tipo de questões "com alternativas falsas" é o mais

eficaz na indução de sugestionabilidade interrogativa, ou seja o que mais influencia a aceitação de informação sugestiva por parte do sujeito, tanto na primeira inquirição (*Cedência 1*), como na segunda inquirição, após transmissão de *feedback* negativo (*Cedência 2*). Embora não pareça influenciar a mudança das respostas (*Alteração*) dos sujeitos, da primeira para a segunda inquirição, este tipo de questões provoca diferenças significativas na *Sugestionabilidade Total* destes. Ainda assim, é de referir que os restantes tipos de questões sugestivas ("afirmativas" e "direcionadas") também apresentaram um efeito significativo na indução de sugestionabilidade interrogativa, tendo-se verificado ainda que a transmissão do *feedback* negativo intensifica a aceitação das sugestões, em todos os tipos de questões sugestivas da GSS-1 – em especial, nas questões "direcionadas".

No que diz respeito à análise das correlações entre a sugestionabilidade interrogativa e as variáveis em estudo, as únicas relações a obter significância estatística foram: (1) ao nível da memória — a evocação imediata com as medidas *Cedência 1* e *Cedência 2*, e a evocação diferida com as medidas *Cedência 1*, *Cedência 2* e *Sugestionabilidade Total*; e (2) ao nível da dimensão neuroticismo — esta variável com a medida *Cedência 1*. É de salientar a importância de a investigação continuar a explorar e a clarificar a relação entre a sugestionabilidade interrogativa e diversas características individuais e, sobretudo, de averiguar o papel mediador das estratégias de *coping* adotadas pelo sujeito na vulnerabilidade a sugestões.

A investigação até ao momento já pôs em evidência que as questões sugestivas e a forma como são formuladas podem ter impacto na alteração das respostas e relatos dos sujeitos – o que foi corroborado por este estudo com a GSS-1. Kasprzyk, Montano e Loftus (1975) apontaram para o facto de, tal como as falsas confissões (Gudjonsson, 2003; Kassin, 2015), as questões sugestivas terem também influência nos vereditos dos jurados, através da introdução de nova informação e, consequente, alteração da memória. Além disso, segundo o estudo de Clearly e Warner (2016), a instrução que os agentes policiais americanos tendem a receber acerca das técnicas de interrogatório a utilizar (as quais variam entre estratégias pré-interrogatório e técnicas psicologicamente coercivas) é fornecida, na sua grande maioria (91%), de forma informal (i.e., no contexto de trabalho). Tendo em conta estes aspetos e a literatura revista ao longo deste trabalho, é imperativo que exista uma

maior e mais adequada formação para os agentes policiais e judiciais. Em primeiro lugar, para que estes possam, a partir do conhecimento dos efeitos que as diferenças individuais têm no testemunho e na sugestionabilidade dos indivíduos, adequar as estratégias de interrogatório ao sujeito interrogado – independentemente de este se tratar de um suspeito ou testemunha. Em segundo lugar, para que compreendam as consequências de utilizarem técnicas sugestivas e/ou coercivas (nas quais se inclui a colocação de questões sugestivas). Ademais, a conceção e realização de um treino formal próprio e congruente com os resultados das investigações até aqui realizadas, será essencial para uma maior consciencialização destes profissionais e uma redução do número de falhas ocorrentes nos processos judiciais, especialmente ao nível da condenação de indivíduos inocentes.

Considerando que este estudo tem um caráter exploratório — ao que sabemos, é o primeiro a utilizar a GSS para averiguar a influência de diferentes tipos de questões sugestivas na indução de sugestionabilidade interrogativa —, é imprescindível que os estudos futuros na área da psicologia do testemunho, não só se foquem nesta temática (impacto das questões sugestivas na indução de sugestionabilidade interrogativa), como incorporem outras variáveis (e.g., trauma, estratégias de *coping*, autocontrolo, empatia, etc.), diferentes condições experimentais (e.g., aplicação da GSS-1 e da GSS-2, transmissão da história por áudio ou imagem, tempo entre evocações, etc.) e outro tipo de amostras (e.g., crianças, idosos, estudantes do ensino superior, jovens delinquentes, população prisional, vítimas, etc.), sempre que possível, representativas.

#### **Bibliografia**

- Alberto, I. M. (2003). Atenção, por favor(!) à avaliação da atenção! *Psychologica*, *34*, 231-243.
- Albuquerque, P. B., & Santos, J. A. (1999). "Jura dizer a verdade?...": Traições e fidelidades dos processos mnésicos. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 257-266. Recuperado em http://hdl.handle.net/1822/10107
- Amaral, J. R. (1967). O teste de barragem de Toulouse e Piéron na medição e diagnóstico da atenção: elementos de aferição para a população portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almiro, P.A. (2013). Adaptação, validação e aferição do EPQ-R para a população portuguesa: Estudos em contextos clínico, forense e na comunidade. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Almiro, P.A., & Simões, M.R. (2013). Manual da versão Portuguesa do Questionário de Personalidade de Eysenck Forma Revista (EPQ-R). Coimbra: Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria.
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9(2), 239-252. doi:10.1348/1355325041719419
- Bain, S. A., McGroarty, A., & Runcie, M. (2015). Coping strategies, self-esteem and levels of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 75, 85-89. doi:10.1016/j.paid.2014.11.003
- Baxter, J. S., Boon, J. C., & Marley, C. (2006). Interrogative pressure and responses to minimally leading questions. *Personality and Individual Differences*, 40(1), 87-98. doi:10.1016/j.paid.2005.06.017
- Baxter, J., Charles, K., Martin, M., & McGroarty, A. (2013). The relative influence of leading questions and negative feedback on response change on the Gudjonsson Suggestibility Scale 2: Implications for forensic interviewing. *Psychology, Crime & Law*, 19(3), 277-285. doi:10.1080/1068316x.2011.631538
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self- esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35, 1285-1292. doi:10.1016/S0191-8869(02)00349-5

- Bertrand, A. (1823). Traité du somnambulisme. Paris: Dentu.
- Braid, J. (1846). The powers of the mind over the body. London: Churchill.
- Cattell, J. M. (1895). Measurements of the accuracy of recollection. *Science*, 2, 761–766.
- Cattell, R. B., & Cattell, H. E. P. (1995). Personality structure and the new fifth edition of the 16PF. *Educational and Psychological Measurement*, 55, 926-937.
- Cavaco, S., Gonçalves, A., Pinto, C., Almeida, E., Gomes, F., Moreira, I., Fernandes, J., & Teixeira-Pinto, A. (2013). Trail Making Test: Regression-based norms for the Portuguese population. *Archives of Clinical Neuropsychology*. doi:10.1093/arclin/acs115
- Cavaco, S., Pinto, C., Gonçalves, A., Gomes, F., Pereira, A., &Malaquias, C. (2008). Trail Making Test: Dados normativos dos 21 aos 65 anos. Psychologica, 49, 222-238. hristensen, H. (2001). What cognitive changes can be expected with normal ageing?. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 35(6),768–775.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1993). Suggestibility of the child witness: A historical review and synthesis. *Psychological Bulletin*, *113*, 403-439.
- Cleary, H. M., & Warner, T. C. (2016). Police training in interviewing and interrogation methods: A comparison of techniques used with adult and juvenile suspects. *Law and Human Behavior*, 40(3), 270-284. doi:10.1037/lhb0000175
- Códigos Penal e Processo Penal (9ª ed.). (2018). Porto: Porto Editora.
- Conti, R. P. (1999). The psychology of false confessions. *The Journal of Credibility and Witness Psychology*, 2(1), 14-36. Recuperado em https://pdfs.semanticscholar.org/10d9/a1166c79fd2df30a3145abcd600 45d98aedd.pdf
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1992). Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R) and NEP Five-factor Inventory (NEO-FFI): Professional Manual. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Cunha, A. I. Q. (2010). A sugestionabilidade interrogativa em crianças: o papel da idade e das competências cognitivas. (Tese de Doutoramento não publicada). Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Decreto-Lei n.º 78/87 de 17 de Fevereiro. Diário da República n.º 40/1987 –

- Série I. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Drake, K. E. (2010). Interrogative suggestibility: Life adversity, neuroticism, and compliance. *Personality and Individual Differences*, 48(4), 493-498. doi:10.1016/j.paid.2009.11.030
- Drake, K. E. (2014). The role of trait anxiety in the association between the reporting of negative life events and interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 60, 54-59. doi:10.1016/j.paid.2013.12.018
- Endres, J. (1997). The suggestibility of the child witness: the role of individual differences and their assessment. *The Journal of Credibility Assessment and Witness Psychology*, *1*(2), 44-67. Recuperado em http://truth.charleshontsphd.com/JCAAWP/9701/9701.html
- Endres, J., Poggenpohl, C., & Erben, C. (1999). Repetitions, warnings and video: cognitive and motivational components in preschool children's suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, *4*, 129-146.
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. G. (1975). *Manual of the Eysenck Personality Questionnaire (Junior and Adult)*. Kent, UK: Hodder & Stoughton
- Flin, R., Boon, J., Knox, A., & Bull, R. (1992). The effect of a five-month delay on children's and adults' eyewitness memory. *British Journal of Psychology*, 83(3), 323-336. doi:10.1111/j.2044-8295.1992.tb02444.x
- Fonseca, A. C., Eysenck, S. B., & Simões, A. (1991). Um estudo intercultural da personalidade: Comparação de adultos portugueses e ingleses no EPQ. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2(25), 187-203.
- Giles, J. W., Gopnik, A., & Heyman, G. D. (2002). Source monitoring reduces the suggestibility of preschool children. *Psychological Science*, *13*(3), 288-291. doi:10.1111/1467-9280.00453
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: an experimental study. *British Journal of Psychiatry*, *142*, 35–37.
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, *5*, 303-314.
- Gudjonsson, G. H. (1988a). Interrogative suggestibility: Its relationship with assertiveness, social-evaluative anxiety, state anxiety and method of coping. *British Journal of Clinical Psychology*, 27, 159-166.

- Gudjonsson, G. H. (1988b). The relationship of intelligence and memory to interrogative suggestibility: the importance of range effects. *British Journal of Clinical Psychology*, 27, 185–187.
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales manual*. Hove: Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook.* Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Gudjonsson, G. H. (2017). Memory distrust syndrome, confabulation and false confession. *Cortex*, 87, 156-165. doi:10.1016/j.cortex. 2016.06.013
- Gudjonsson, G. H. (2018a). The psychology of false confessions: The theories. In G. H. Gudjonsson (Ed.). *The psychology of false confessions: Forty years of science and practice* (1<sup>a</sup> ed., pp. 63-85). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc.
- Gudjonsson, G. H. (2018b). Interrogative suggestibility. In G. H. Gudjonsson (Ed.). *The psychology of false confessions: forty years of science and practice* (1<sup>a</sup> ed., pp. 51-61). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc.
- Gudjonsson, G. H., Young, S., & Bramham, J. (2007). Interrogative suggestibility in adults diagnosed with attention-deficit hyperativity disorder (ADHD). A potential vulnerability during police questioning. *Personality and Individual Differences*, 43(4), 737-745. doi:10.1016/j.paid.2007.01.014
- JUSTIA: US Supreme Court. (n.d.). Bram v. United States, 168 U.S. 532 (1897). Acedido a Setembro 2019, em https://supreme.justia.com/cases/federal/ us/168/532/
- JUSTIA: US Supreme Court. (n.d.). Culombe v. Connecticut, 367 U.S. 568 (1961). Acedido a Setembro 2019, em https://supreme.justia.com/cases/federal/us/ 367/568/
- JUSTIA: US Supreme Court. (n.d.). Miranda v. Arizona, 384 U.S. 436 (1966).

  Acedido a Setembro 2019, em https://supreme.justia.com/cases/federal/us/ 384/436/
- Kasprzyk, D., Montano, D. E., & Loftus, E. F. (1975). Effect of leading questions on jurors' verdicts. *Jurimetrics Journal*, *16*(1), 48-51. doi:10.2307/29761515
- Kassin, S. M. (1997). The psychology of confession evidence. American

- Psychologist, 52(3), 221-233. doi:10.1037/0003-066x.52.3.221
- Kassin, S. M. (2015). The social psychology of false confessions. *Social Issues and Policy Review*, 9(1), 25-51. doi:10.1111/sipr.12009
- Kassin, S. M., & McNall, K. (1991). Police interrogations and confessions: Communicating promises and threats by pragmatic implication. *Law and Human Behavior*, *15*(3), 233-251. doi:10.1007/BF01061711
- Krahenbuhl, S., & Blades, M. (2006). The effect of interviewing techniques on young children's responses to questions. *Child: Care, Health and Development*, 32(3), 321-331. doi:10.1111/j.1365-2214.2006.00608.x
- Liebman, J. I., McKinley-Pace, M. J., Leonard, A. M., Sheesley, L. A., Gallant, C. L., Renkey, M. E., & Lehman, E. B. (2002). Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 33, 49–66.
- Lima, M. P. & Simões, A. (2000). *NEO-PI-R Manual Profissional* (1<sup>a</sup> ed.). Lisboa: CEGOC
- Lima, R. F. (2005). Compreendendo os mecanismos atencionais. *Ciência & Cognição*, 6, 113-122. Recuperado em http://www.cienciasecognicao. org/pdf/ v06/m24554.pdf
- Loftus, E. F. (1974). Reconstructing memory. The incredible eyewitness. *Psychology Today*, 8(3), 116-119. doi: 10.2307/29761487
- Loftus, E. F. (1975). Leading questions and the eyewitness report. *Cognitive Psychology*, 7(4), 560-572. doi:10.1016/0010-0285(75)90023-7
- Loftus, E. F. (2003). Make-believe memories. *American Psychologist*, 58(11), 867-873. doi:10.1037/0003-066x.58.11.867
- Loftus, E. F., & Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, *13*(5), 585-589. doi: 10.1016/S0022-5371(74)80011-3
- Loftus, E. F., & Zanni, G. (1975). Eyewitness testimony: The influence of the wording of a question. *Bulletin of the Psychonomic Society*, *5*(1), 86-88. doi: 10.3758/BF03336715
- Maia, Â., Sendas, S., Lopes, R., & Mendes, J. M. (2016). A eficácia das estratégias de coping após um evento traumático: uma revisão sistemática. *e-cadernos CES*, (25), 64-82. doi:10.4000/eces.2058
- Mastroberardino, S. (2006). Interrogative suggestibility and source

- monitoring difficulties as a cognitive resource problem. Dissertação de doutoramento, Universidade de Roma La Sapienza, Roma, Itália. Recuperado em http://hdl.handle.net/11573/917772
- Milne, R., Clare, I. C. H., & Bull, R. (2002). Interrogative suggestibility among witness with mild intellectual disabilities: The use of an adaptation of the GSS. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 15, 8-17.
- Motzkau, J. (2005). Cross-examining suggestibility: memory, childhood, expertise children's testimony between psychological research and juridical practice. In A. Czerederecka, T. Jaskiewicz-Obydzinska, R. Roesch, & J. Wojcikiewicz (Eds.), *Forensic psychology and law: Facing the challenges of a changing world* (pp. 201–212). Poland: Krakow.
- Münsterberg, H. (1908). On the witness stand. Garden City, NY: Doubleday.
- Nicolas, S., Collins, T., Gounden, Y., & Roediger, H. L. (2011). The influence of suggestibility on memory. *Consciousness and Cognition*, 20, 399-400. doi:10.1016/j.concog.2010.10.019
- Nicolas, S., Gounden, Y., & Sanitioso, R. B. (2014). Alfred Binet, founder of the science of testimony and psycho-legal science. *L'Année Psychologique*, 114(2), 209-229. Retirado de https://www.cairn.info/revue-l-annee-psychologique1-2014-2-page-209.htm
- Pallant, J. (2005). SPSS Survival Manual: A step by step guide to data analysis using the SPSS for Windows (Version 12). Crows Nest: Allen & Unwin.
- Peiffer, L. C., & Trull, T. J. (2000). Predictors of suggestibility and false-memory production in young adult women. *Journal of Personality Assessment*, 74(3), 384-399. doi:10.1207/s15327752jpa7403\_4
- Pezdek, K., & Roe, C. (1995). The effect of memory trace strength on suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, 60, 116-128.
- Pinho, M. S. (2002). Considerações sobre a memória de testemunhos. *Psychologica*, *30*, 335-344.
- Pires, R. (2011). Gudjonsson Suggestibility Scale -- Portuguese Version. *PsycTESTS Dataset*. doi:10.1037/t62417-000
- Pires, R., Pinho, M. S., & Albuquerque, P. G. (2017). Escalas de

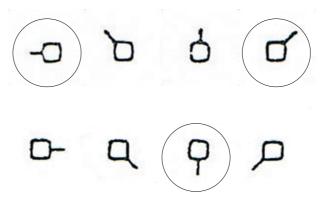
- Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1 e GSS2). In M. R. Simões, L. S. Almeida, & M. Gonçalves (Eds.), *Psicologia forense: Instrumentos de avaliação* (1ª ed., pp. 307-320). Lisboa, Portugal: Pactor.
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013a). Personality styles and suggestibility: A differential approach. *Personality and Individual Differences*, 55(4), 381-386. doi:10.1016/j.paid.2013.03.017
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013b). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS1 and GSS2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, 54(2), 251-255. doi:10.1016/j.paid.2012.09.008
- Ponizovsky, A. M., Finkelstein, I., Poliakova, I., Mostovoy, D., Goldberger, N., & Rosca, P. (2013). Interpersonal distances, coping strategies and psychopathology in patients with depression and schizophrenia. *World Journal of Psychiatry*, *3*(3), 74-84. doi:10.5498/wjp.v3.i3.74
- Pozzi, G., Frustaci, A., Tedeschi, D., Solaroli, S., Grandinetti, P., Di Nicola, M., & Janiri, L. (2015). Coping strategies in a sample of anxiety patients: factorial analysis and associations with psychopathology. *Brain and Behavior*, *5*(8), n/a-n/a. doi:10.1002/brb3.351
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, *38*, 177-186. doi:10.1016/j.paid.2004.03.018
- Polczyk, R., Wesolowska, B., Gabarczyk, A., Minakowska, I., Supska, M., & Bomba, E. (2004). Age differences in interrogative suggestibility: A comparison between young and older adults. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 1097-1107. doi:10.1002/acp.1073
- Price, H. L., & Connoly, D. A. (2004). Event frequency and children's suggestibility: A study of cued recall responses. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 809-821.
- Reitan, R. M. (1979). *Manual for administration of neuropsychological test batteries for adults and children*. Tucson, AZ: Neuropsychology Press.
- Richardson, G., & Kelly, T. (2004). A study in the relationship between

- interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalised adolescents. *Personality and Individual Differences*, *36*(2), 485-494. doi:10.1016/s0191-8869(03)00263-0
- Ridley, A. M. (2013). Suggestibility: A history and introduction. In A. M., Ridley F. Gabbert, & D. J. Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts* (pp.1-19). Wiley: Blackwell.
- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2004). The effects of anxious mood induction on suggestibility to misleading post-event information. *Applied Cognitive Psychology*, *18*, 233-244.
- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2006). Suggestibility and state anxiety: How the two concepts relate in a source identification paradigm. *Memory*, *14*(1), 37-45.
- Ridley, A. M., Clifford, B. R., & Keogh, E. (2002). The effects of state anxiety on the suggestibility and accuracy of child eye-witnesses. *Applied Cognitive Psychology*, *16*, 547-558.
- Ridley, A. M. & Gudjonsson, G. H. (2013). Suggestibility and individual differences: Psychosocial and memory measures. In A. M. Ridley, F., Gabbert, & D. J. Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts* (pp.85-106). Wiley: Blackwell.
- Rodrigues, D. A. (1967). O teste da barragem de Toulouse e Piéron: elementos de aferição para a população portuguesa. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Santos, S. C., & Silva, D. R. (1997). Adaptação do State-Trait Anxiety Inventory (STAI) – Form Y para a população portuguesa: Primeiros dados. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 32, 85-98.
- Saraiva, M. (2012). *A sugestionabilidade infantil: Contrução de um instrumento de avaliação*. Dissertação de Mestrado não publicada. Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Silva, D. R. (2003). Inventário de Estado-Traço de Ansiedade. In Miguel M. Gonçalves, Mário R. Simões, Leandro S. Almeida, & Carla Machado (Coords.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. I; pp. 45-63). Coimbra: Quarteto.
- Silva, D. R., & Campos, R. (1998). Alguns dados normativos do Inventário de Estado-Traço de Ansiedade Forma Y (STAI), de Spielberger, para a população portuguesa [Portuguese data for the Spielberger's State-Trait

- Anxiety Inventory (STAI-Y)]. Revista Portuguesa de Psicologia, 33, 71-89.
- Sharman, S. J., & Powell, M. B. (2012). A comparison of adults witnesses' suggestibility across various types of leading questions. *Applied Cognitive Psychology*, 26(1), 48-53. doi:10.1002/acp.1793
- Spielberger, C. D., Gorsuch, R. L., Lushene, R., Vagg, P. R., & Jacobs, G. A. (1983). *Manual for the State-Trait Anxiety Inventory*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Stern, W. (1910). Abstracts of lectures on the psychology of testimony and on the study of individuality. *The American Journal of Psychology*, 21(2), 270-282. doi:10.2307/1413003
- Thierry, K. L., Spence, M. J., & Memon, A. (2001). Before misinformation is encountered: Source monitoring decreases child witness suggestibility. *Journal of Cognition and Development*, 2(1), 1-26. doi:10.1207/s15327647jcd0201\_1
- Umanath, S., Ries, F., & Huff, M. J. (2019). Reducing suggestibility to additive versus contradictory misinformation in younger and older adults via divided attention and/or explicit error detection. *Applied Cognitive Psychology*, 33(5), 793-805. doi:10.1002/acp.3522
- Vaz Serra, A. (1986). O Inventário Clínico de Auto-Conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7(2), 67-84.
- Vaz Serra, A. (1995). Inventário Clínico de Auto-Conceito. In Leandro S. Almeida, Mário R. Simões, & Miguel M. Gonçalves (Eds.), *Provas psicológicas em Portugal* (pp. 151-163). Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Videira, V. S. (2015). Estudo sobre a influência da desvalorização pessoal na Sugestionabilidade Interrogativa. Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Recuperado em http://hdl.handle.net/10316/30967
- Wolfradt, U., & Meyer, T. (1998). Interrogative suggestibility, anxiety and dissociation among anxious patients and normal controls. *Personality and Individual Differences*, 25, 425-432.

**Anexos** 

Anexo A – Sinais presentes no Teste de Barragem de Toulouse-Piéron



**Imagem 1.** Os oito sinais presentes no Teste de Barragem Toulouse-Piéron, entre os quais os três sinais alvo (rodeados) a assinalar na tarefa.

Anexo B - Declaração de Autorização de Participação para os

encarregados de educação dos participantes

Exmo. Sr/a. Encarregado/a de Educação,

Venho por este meio solicitar a sua autorização e a colaboração do/a

seu/sua educando/a para participar num projeto no âmbito da minha de Tese

de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde e subárea de Psicologia

Forense, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

Universidade de Coimbra, orientado pela Prof.ª Doutora Maria Salomé Pinho.

Este projeto surge no âmbito da crescente relevância do estudo da

memória, bem como da sua avaliação em diferentes populações, na área

Forense, dada a duração, frequentemente extensa, dos processos judiciais com

a consequente necessidade de continuar a investigar e/ou relembrar detalhes

no âmbito dos mesmos. Assim, este estudo pretende estudar a memória a

longo-prazo de estudantes do ensino secundário, nomeadamente, ao nível

declarativo (i.e., ao nível dos factos e eventos), numa sessão individual de

cerca de 60 minutos. Esta participação é completamente voluntária e

realizada na própria escola.

Informo que os resultados obtidos com os instrumentos aplicados serão

**confidenciais** e analisados de forma conjunta (i.e., não individualizada) e

quantitativa. Neste sentido, ressalvo também que os instrumentos não serão

aplicados com o intuito de obter qualquer tipo de diagnóstico, nem tal será

possível.

Agradeço a sua atenção a este assunto e encontro-me ao dispor para

quaisquer esclarecimentos adicionais sobre este projeto, através dos seguintes

contatos:

e-mail: ii.ines@hotmail.com / tlm: 913 290 360

Com os melhores cumprimentos,

Inês Oliveira

Eu,
encarregado/a de educação de
declaro que autorizo a participação do/a meu/minha educando/a no projeto
acima referido.
Águeda, de de 2019

# Anexo C - Declaração de Consentimento Informado para os participantes

Eu, abaixo assinado	
concordo em participar no projeto sobre m	emória da mestranda Inês Oliveira
sob orientação da Prof.ª Doutora Maria	Salomé Pinho, da Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da U	Jniversidade de Coimbra.
Declaro que me foi, previamente, e	explicada a natureza e os objetivos
do projeto, bem como me foram esclarecio	las todas as perguntas que coloque
sobre a minha participação. Foi-me, aind	a, garantida a <b>confidencialidade</b> e
anonimato dos meus dados e fui informa	do/a da possibilidade de desistir de
colaborar neste projeto, em qualquer mom	ento, se esse for o meu desejo.
Águeda, de de 2	2019
O/A participante:	A investigadora:

#### Anexo D - Desempenho dos sujeitos na GSS-1

Tabela 6. Informações descritivas do desempenho geral dos sujeitos na GSS-1, ao nível da sugestionabilidade interrogativa e da memória

		Média	DP	Amplitude
	Cedência 1	4.76	2.560	(0 - 10)
Sugestionabilidade	Cedência 2	5.68	3.285	(0 - 11)
Interrogativa	Alteração	3.50	2.859	(0 - 11)
	Sugestionabilidade Total	8.26	4.374	(0 - 17)
		Média	DP	Amplitude
	Evocação Imediata	19.98	5.270	(4.5 - 27)
	Evocação Diferida	16.01	5.043	(4 - 24.5)
Memória	Confabulação 1 ª	2.30	1.298	(0 - 6)
	Confabulação 2 <sup>b</sup>	2.52	1.488	(0 - 6)
	Total de Confabulação c.	4.82	2.624	(0 - 12)

a. Total de confabulação (fabricações + distorções) na tarefa de evocação imediata

b. Total de confabulação (fabricações + distorções) na tarefa de evocação diferida

<sup>&</sup>lt;sup>c.</sup> Soma dos resultados das medidas de *Canfabulação* 1 e *Confabulação* 2, perfazendo o Total de Confabulação.

# Anexo E – Cedência às sugestões, por tipo e número de questão, na primeira inquirição

Tabela 7. Informações descritivas da cedência às sugestões presentes nas 15 questões sugestivas da GSS-1, na primeira inquirição

Cedência 1		Nª	(%)	Média	DP
	Q4	5		.10	.303
	Q7	31		.62	.490
Questões Afirmativas	Q10	5		.10	.303
	Q14	8		.16	.370
	Q16	10		.20	.404
	Total	59	(23.6%) <sup>b</sup>	1.18	.919
	Q3	5		.10	.303
• .~	Q8	2		.04	.198
Questões Direcionadas	Q11	9		.18	.388
	Q18	6		.12	.328
	Q20	6		.12	.328
	Total	28	(11.2%) <sup>b</sup>	.56	.861
	Q2	25		.50	.505
Questões com	Q6	31		.62	.490
Alternativas	Q12	27		.54	.503
Falsas	Q15	33		.66	.479
	Q19	35		.70	.463
	Total	151	(60.4%) <sup>b</sup>	3.02	1.660

<sup>&</sup>lt;sup>a.</sup> Número de cedências

b. 100% corresponde ao total de 250 (50 sujeitos x 5 questões) possíveis cedências

# Anexo F – Informação relativa ao cálculo da ANOVA unifatorial de medidas repetidas do efeito das perguntas da 1ª inquirição

Tabela 8. Teste de esfericidade de Mauchly para a variável "tipo de questões" referente à primeira inquirição

Cedência 1	W de Mauchly	Aprox. Qui- quadrado	gl.	Sig.	Huynh-Feld	Limite inferior
Tipo de Questões	.828	9.087	2	.011	.881	.500

Tabela 9. Teste de efeitos intra-sujeitos para a variável "tipo de questões" referente à primeira inquirição

Cedência 1		Tipo III Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
Tipo de	Esfericidade considerada	163,693	2	81.847	75.927	.000
Questões	Huynh-Feldt	163,693	1.761	92.949	75.927	.000
	Limite inferior	163,693	1.000	163.693	75.927	.000
Erro (Tipo de	Esfericidade considerada	105,640	98	1.078		
Questões)	Huynh-Feldt	105,640	86.295	1.224		
	Limite inferior	105,640	49.000	2.156		

# Anexo G – Cedência às sugestões, por tipo e número de questão, na segunda inquirição (após o *feedback* negativo)

Tabela 10. Informações descritivas da cedência às sugestões presentes nas 15 questões sugestivas da GSS-1, após a transmissão do *feedback* negativo (segunda inquirição)

Cedência 2		Na	(%)	Média	DP
	Q4	8		.16	.370
	Q7	28		.56	.501
Questões Afirmativas	Q10	9		.18	.388
	Q14	12		.24	.431
	Q16	14		.28	.454
•	Total	71	(28.4%) <sup>b</sup>	1.42	1.071
	Q3	12		.24	.431
	Q8	6		.12	.328
Questões Direcionadas	Q11	10		.20	.404
	Q18	11		.22	.418
	Q20	11		.22	.418
•	Total	50	(20%) <sup>b</sup>	1.00	1.195
	Q2	31		.62	.490
Questões com	Q6	34		.68	.471
Alternativas	Q12	29		.58	.499
Falsas	Q15	32		.64	.485
	Q19	37		.74	.443
•	Total	163	(65.2%) <sup>b</sup>	3.26	1.827

a. Número de cedências

b. 100% corresponde ao total de 250 (50 sujeitos x 5 questões) possíveis cedências

# Anexo H – Informação relativa ao cálculo da ANOVA unifatorial de medidas repetidas do efeito das perguntas da 2ª inquirição

Tabela 11. Teste de esfericidade de Mauchly para a variável "tipo de questões" referente à segunda inquirição

_	Cedência 2	W de Mauchly	Aprox. Qui- quadrado	gl.	Sig.	Huynh-Feldt	Limite inferior
_	Tipo de Questões	.944	2.742	2	.254 <sup>a.</sup>	.984	.500

a. Pressuposto de esfericidade cumprido (p > .05).

Tabela 12. Teste de efeitos intra-sujeitos para a variável "tipo de questões" referente à segunda inquirição

Cedência 2		Tipo III Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
Tipo de Questões	Esfericidade considerada	144.493	2	72.247	62.377	.000
	Limite inferior	144.493	1.000	144.493	62.377	.000
Erro (Tipo de Questões)	Esfericidade considerada	113.507	98	1.158		
	Limite inferior	113.507	49.000	2.316		

# Anexo I – Informação relativa ao cálculo do teste de Kruskal-Wallis (*Alteração*) e da ANOVA inter-sujeitos (*Sugestionabilidade Total*)

Tabela 13. Teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov para as variáveis *Alteração* e Sugestionabilidade Total

	gl	Sig.
Alteração	50	.016
Sugestionabilidade Total	50	.096*

<sup>\*</sup>p > .05 indicando que a amostra apresenta uma distribuição normal

Tabela 14. Teste de homocedasticidade de Levene para a variável Sugestionabilidade Total

	F de Levene	gl1	gl2	Sig.
Sugestionabilidade Total	1.272	9	17	.319

Tabela 15. Teste de Kruskal-Wallis para a variável "tipo de questões" referente à medida Alteração

Alteração	gl.	H de Kruskal-Wallis	Sig.	_
Q. Afirmativas	10	12.957	.226	_
Q. Direcionadas	10	14.718	.143	
Q. Alternativas Falsas	10	14.586	.148	

Tabela 16. Teste de efeitos inter-sujeitos para a variável "tipo de questões" referente à medida *Sugestionabilidade Total* 

_					
Sugestionabilidade Total	Tipo III Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
Q. Afirmativas	8.298	3	2.766	.440	.727
Q. Direcionadas	33.703	4	8.426	1.341	.295
Q. Alternativas Falsas	230.681	5	46.136	7.345	.001*

<sup>\*</sup>A diferença média é significativa ao nível .05.

Anexo J – Teste post-hoc de Tukey para as diferenças entre grupos nas questões "com alternativas falsas" (Sugestionabilidade Total)

Tabela 17. Teste post-hoc de Tukey relativamente às diferenças por grupo, ao nível das questões "com alternativas falsas", no que diz respeito à medida Sugestionabilidade Total

		Diferença média	Sig.
0 questões	1	-3.80	.211
	2	-6.20*	.004
	3	-8.76*	.000
	4	-8.42*	.000
	5	-11.05 <sup>*</sup>	.000
1 questão	0	3.80	.211
	2	-2.40	.540
	3	-4.96*	.025
	4	-4.62*	.041
	5	-7.25 <sup>*</sup>	.000
2 questões	0	6.20 <sup>*</sup>	.004
	1	2.40	.540
	3	-2.56	.304
	4	-2.22	.445
	5	-4.85 <sup>*</sup>	.004
3 questões	0	8.76 <sup>*</sup>	.000
	1	4.96 <sup>*</sup>	.025
	2	2.56	.304
	4	.33	1.000
	5	-2.29	.329
4 questões	0	8.42 <sup>*</sup>	.000
	1	4.62 <sup>*</sup>	.041
	2	2.22	.445
	3	33	1.000
	5	-2.62	.206

Tabela 17. Teste *post-hoc* de Tukey relativamente às diferenças por grupo, ao nível das questões "com alternativas falsas", no que diz respeito à medida *Sugestionabilidade Total* 

		Diferença média	Sig.
5 questões	0	11.05 <sup>*</sup>	.000
	1	7.25 <sup>*</sup>	.000
	2	4.85 <sup>*</sup>	.004
	3	2.29	.329
	5	2.62	.206

<sup>\*</sup> A diferença média é significativa ao nível .05.

### Anexo K – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e memória

Tabela 18. Teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1

	gl	Sig
Cedência 1	50	.046
Cedência 2	50	.021
Alteração	50	.016
Sugestionabilidade Total	50	.096*

<sup>\*</sup>p > .05 indicando que a amostra apresenta uma distribuição normal

Tabela 19. Correlações entre os resultados das medidas de sugestionabilidade interrogativa e os resultados das medidas de memória da GSS-1

J			
		Coeficiente de Correlação	Sig
Evocação Imediata	Cedência 1 <sup>b</sup>	301 <sup>*</sup>	.034
	Cedência 2 <sup>b</sup>	302 <sup>*</sup>	.033
	Alteração <sup>b</sup>	070	.631
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	264	.063
Evocação Diferida	Cedência 1 <sup>b</sup>	358 <sup>*</sup>	.011
	Cedência 2 <sup>b</sup>	373 <sup>**</sup>	.008
	Alteração <sup>b</sup>	092	.524
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	292 <sup>*</sup>	.040
Total de Confabulação	Cedência 1 <sup>b</sup>	227	.113
	Cedência 2 <sup>b</sup>	159	.269
	Alteração <sup>b</sup>	.098	.499
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	039	.791

<sup>\*</sup>A correlação é significativa ao nível .05.

<sup>\*\*</sup> A correlação é significativa ao nível .01.

a. Coeficiente de correlação de Pearson (r)

b. Coeficiente de correlação de Spearman (p)

# Anexo L – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e atenção

Tabela 20. Informações descritivas do desempenho geral dos sujeitos nas tarefas atencionais

		Média	DP	Amplitude
	TMT A	27.02	9.958	(13 - 58)
Trail Making Test <sup>a</sup>	TMT B	54.22	22.043	(56 - 158)
	TMT B/A	2.145	.838	(.957 - 5.250)
	C (Acertos)	223.30	37.425	(149 - 310)
Teste de	L (Lacunas)	31.26	29.618	(3 - 134)
Barragem Toulouse-Piéron	E (erros)	.80	1.309	(0 - 7)
	R (Resultado Total)	18.938	5.079	(3.10 - 29.30)

<sup>&</sup>lt;sup>a.</sup> Medida usada: tempo em segundos.

Tabela 21. Correlações entre os resultados das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 e os resultados das tarefas atencionais

			Coeficiente de Correlação	Sig.
	TMT B/A	Cedência 1 <sup>b</sup>	238	.096
Trail Making		Cedência 2 <sup>b</sup>	257	.071
Test		Alteração <sup>b</sup>	.110	.448
		Sugestionabilidade Total	022	.878
	C (Acertos)	Cedência 1 b	020	.892
		Cedência 2 <sup>b</sup>	125	.387
		Alteração <sup>b</sup>	264	.064
		Sugestionabilidade Total a	196	.173
Teste de	L (Lacunas)	Cedência 1 b	142	.325
Barragem de		Cedência 2 <sup>b</sup>	014	.925
Toulouse- Piéron		Alteração <sup>b</sup>	.042	.771
i leioii		Sugestionabilidade Total a	039	.788
	E (Erros)	Cedência 1 b	.019	.897
		Cedência 2 <sup>b</sup>	.050	.733
		Alteração <sup>b</sup>	.017	.907
		Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	.009	.949

Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário Inês Dias de Oliveira (e-mail: ii.ines@hotmail.com) 2020

Tabela 21. Correlações entre os resultados das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 e os resultados das tarefas atencionais

			Coeficiente de Correlação	Sig
	R	Cedência 1 b	.044	.762
Teste de	(Resultado			
Barragem de	Total)	Cedência 2 <sup>b</sup>	090	.536
Toulouse-		Alteração b	260	.069
Piéron				
		Sugestionabilidade Total a	123	.395

a. Coeficiente de correlação de Pearson (r)

b. Coeficiente de correlação de Spearman (ρ)

## Anexo M – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e ansiedade

Tabela 22. Informações descritivas do desempenho geral dos sujeitos no STAI-Y

	Média	DP	Amplitude
Ansiedade-Estado (Y1)	34.90	7.560	(23 - 62)
Ansiedade-Traço (Y2)	40.04	9.916	(27 - 71)

Tabela 23. Correlações entre os resultados das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 e os resultados das escalas de ansiedade (Y1 e Y2)

		Coeficiente de Correlação	Sig
Ansiedade-Estado (Y1)	Cedência 1 <sup>b</sup>	.185	.199
	Cedência 2 <sup>b</sup>	.067	.644
	Alteração <sup>b</sup>	.045	.759
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	.143	.323
Ansiedade-Traço (Y2)	Cedência 1 <sup>b</sup>	.121	.402
	Cedência 2 <sup>b</sup>	049	.736
	Alteração <sup>b</sup>	.164	.255
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	.161	.264

a. Coeficiente de correlação de Pearson (r)

b. Coeficiente de correlação de Spearman (ρ)

## Anexo N - Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e autoconceito

Tabela 24. Informações descritivas do desempenho geral dos sujeitos no ICAC

	Média	DP	Amplitude
F1 – Aceitação/Rejeição Social	18.08	2.842	(11 - 23)
F2 - Autoeficácia	20.40	3.833	(12 - 29)
F3 - Maturidade Psicológica	14.48	2.013	(11 - 19)
F4 - Impulsividade/Atividade	11.80	1.738	(8 - 15)
Autoconceito Total	72.36	8.337	(53 - 92)

Tabela 25. Correlações entre os resultados das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 e os resultados do ICAC

		Coeficiente de Correlação	Sig.
F1 – Aceitação/Rejeição	Cedência 1 <sup>b</sup>	168	.244
Social	Cedência 2 <sup>b</sup>	.037	.797
	Alteração <sup>b</sup>	.080	.581
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	.007	.964
F2 - Autoeficácia	Cedência 1 <sup>b</sup>	124	.391
	Cedência 2 <sup>b</sup>	154	.285
	Alteração <sup>b</sup>	112	.439
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	141	.327
F3 - Maturidade Psicológica	Cedência 1 <sup>b</sup>	150	.300
·	Cedência 2 <sup>b</sup>	270	.058
	Alteração <sup>b</sup>	261	.068
	Sugestionabilidade Total a	251	.079
F4 - Impulsividade/Atividade	Cedência 1 <sup>b</sup>	.005	.973
	Cedência 2 <sup>b</sup>	.023	.872
	Alteração <sup>b</sup>	019	.895
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	028	.847

Tabela 25. Correlações entre os resultados das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 e os resultados do ICAC

		Coeficiente de Correlação	Sig.
Autoconceito Total	Cedência 1 <sup>b</sup>	183	.204
	Cedência 2 <sup>b</sup>	137	.342
	Alteração <sup>b</sup>	147	.310
S	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	182	.207

a. Coeficiente de correlação de Pearson (r)

b. Coeficiente de correlação de Spearman (p)

# Anexo O – Correlação entre sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e desejabilidade social

Tabela 26. Informações descritivas do desempenho geral dos sujeitos nas escalas N e L do EPQ

	Média	DP	Amplitude
Neuroticismo (N)	9.20	4.426	(0 - 18)
Mentira (L)	9.02	3.229	(2 - 15)

Tabela 27. Correlações entre os resultados das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-1 e os resultados nas escalas *N* e *L* do EPQ

		Coeficiente de Correlação	Sig
Neuroticismo (N)	Cedência 1 <sup>b</sup>	.292*	.039
	Cedência 2 <sup>b</sup>	.106	.465
	Alteração <sup>b</sup>	.178	.217
	Sugestionabilidade Total <sup>a</sup>	.234	.101
Mentira (L)	Cedência 1 <sup>b</sup>	115	.425
	Cedência 2 <sup>b</sup>	124	.391
	Alteração <sup>b</sup>	246	.085
	Sugestionabilidade Total a	178	.216

<sup>\*</sup>A correlação é significativa ao nível .05.

a. Coeficiente de correlação de Pearson (r)

b. Coeficiente de correlação de Spearman (p)

# Anexo P – Frequência dos resultados obtidos na variável desejabilidade social

Tabela 28. Informações descritivas relativas à frequência dos resultados obtidos na escala  $\it L$  do EPQ

Pontuações	Frequência	Percentagem (%)	Percentagem acumulativa (%)
1	0	0%	0%
2	1	2%	2%
3	3	6%	8%
4	2	4%	12%
5	3	6%	18%
6	1	2%	20%
7	4	8%	28%
8	6	12%	40%
9	5	10%	50%
10	9	18%	68%
11	2	4%	72%
12	9	18%	90%
13	1	2%	92%
14	3	6%	98%
15	1	2%	100%
16	0	0%	100%
17	0	0%	100%
18	0	0%	100%
19	0	0%	100%
20	0	0%	100%
Total	50	100%	100%